



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE QUÍMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

Samuel Cesar Machado

EUGENIA E HIGIENISMO NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS.

Brasília
2024

Samuel Cesar Machado

EUGENIA E HIGIENISMO NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências

Orientador(a): Prof. Rodrigo Diego de Souza.

Brasília

2024

AGRADECIMENTOS

É com profundo apreço que dedico este espaço as pessoas cujo apoio e orientação foram cruciais para a conclusão desta dissertação. Suas influências moldaram não apenas este trabalho, mas também meu percurso acadêmico e minha vida como um todo.

Agradeço imensamente por todo o cuidado e dedicação do corpo docente do PPGEduC com meu trabalho, tanto nas disciplinas cursadas quanto nas orientações formais e informais.

Ao meu orientador Rodrigo, por toda a dedicação, empenho e rigor durante os anos que produzimos esta pesquisa, mesmo com a distância física, sempre se fez presente e disponível para toda e qualquer dúvida sobre a pesquisa e outros assuntos.

Aos professores Paulo Gabriel, Douglas Verrangia, André Vitor e Paulo Lima que contribuíram de forma decisiva na elaboração e execução desta pesquisa participando da banca de qualificação e defesa deste projeto.

Aos meus pais, minhas maiores referências, que sempre me apoiaram e se dedicaram para as minhas realizações, muito obrigado por todo o carinho, atenção, amor e dedicação que vocês têm comigo.

À minha avó, que me incentiva todos os dias e me inspira a sempre tentar ser o melhor que consigo.

Ao meu avô, que me deixou ótimas recordações e ensinamentos valiosos, em memória.

Aos meus irmãos, Lucas e Marina, que sempre me incentivaram, desde nossa infância estamos uns pelos outros.

À minha companheira, Isabella, que contribui imensamente para o meu amadurecimento pessoal e profissional, me orientando, me apoiando em toda e qualquer decisão e me cercando de amor, afeto e carinho.

Aos que integram minha família, que são responsáveis por meu entendimento sobre amor.

Às minhas amigas, Daniel, Rayane, Oswaldo, Michele, Arthur, Pedrão, João, Iago, Filipe e João, que me acompanham desde a graduação e espero que nossos vínculos se fortaleçam cada vez mais.

Agradeço a Capoeira que é meu refúgio de todos os dias, me ensina muito sobre a vida, sobre o presente o passado e o futuro.

Agradeço ao meu mestre Giba que me mostrou sua capoeira, me acolheu como um filho e se dedica todos os dias para o fortalecimento de nossa cultura, juntamente com meu contramestre Caio. O ILÊ OYÓ é parte fundamental da minha vida

Ao coletivo Höröya, que me escuta, me ensina e me transforma todos os dias, tenho muito amor por tudo que construímos nesses anos. Mumu, Nina, Kenya, Vitão, Skova, Nitay, Deus, Lu, Ana, Ceci, Tamires, Ana P, Naty e todos que passam por lá, vocês são partes fundamentais da minha vida.

À Comunidade de Capoeira Formigueiro de Angola, que me acolheu quando cheguei em Brasília e me ensina todos os dias o poder que a cultura popular tem. Mestre Formiguinha e Mestre King representam muito do que eu tenho como horizonte na Capoeira Angola e na vida.

À minha amiga Jordana e meu amigo Adeir, pelos conhecimentos compartilhados em momentos importantes da minha vida, sem nossas conversas e orientações este trabalho não existiria.

À professora Virgínia Sales Gebrim, que foi a responsável por me apresentar a temática desta pesquisa.

Meus agradecimentos a Maria Augusta e ao Marcel que foram fundamentais para que eu pudesse ingressar neste programa de pós-graduação.

Agradeço minhas alunas e alunos, que me fazem todos os dias renovar a esperança em uma educação libertadora.

*“Em um aú que apliquei, levei uma cabeçada
que até hoje me procuro”.*

Velho Gato

RESUMO

Este trabalho tem como foco o estudo dos entrelaçamentos dos ideários eugenistas e higienista com a educação brasileira. Destaco neste texto que da minha prática docente emergiram questões sobre como algumas práticas surgiram e ainda persistem no cotidiano escolar. Percebendo as ligações entre esses ideários e a formação da educação, em especial a escola pública brasileira, procurei pesquisar, analisar e entender mais sobre o tema, e assim cheguei a seguinte questão: os ideários eugenistas e higienistas ainda se fazem presentes nas dinâmicas educacionais atuais? Essa questão me levou a outros dois questionamentos que estruturam essa pesquisa: 1 - A estrutura social brasileira alicerçou e alicerça a entrada de teorias científicas como essas nos diversos campos do conhecimento? 2 - Como Permanece as práticas eugenistas e higienistas na educação brasileira? A fim de investigar essas questões, realizamos uma pesquisa bibliográfica de autoras e autores que tratam do tema, como: Antunes (2012), Bonfim (2017), Faggion e Boarini (2018), Gebrim (2002), Goés (2015), Mansanera e Silva (2000), Stepan (2005) e Souza (2016). Buscando responder os questionamentos que surgiram, optou-se pelo referencial teórico-filosófico e metodológico da literatura marxista, utilizando o percurso metodológico do Materialismo Histórico Dialético, nos apoiamos em categorias como Estado, Ideologia, luta de classes e contradição, para analisar e discutir as relações existentes entre esses ideários e a educação brasileira. Explicitamos as intrínsecas relações entre a difusão dos ideários eugenistas e higienistas e o espalhamento das ideias liberais no Brasil, procuramos destacar que esses ideários tem origem na materialidade do tecido social brasileiro do início do século XX e que o Estado brasileiro atuou em favor da eugenia e do higienismo, buscando mitigar as contradições existentes à época. Também mostramos como a abordagem educacional fundamentada na eugenia e higiene mental deu embasamento para a parte das estruturas do sistema escolar, seleção de conteúdos, organização das instituições de ensino e formação de professores o que contribuiu e ainda contribui para a marginalização de grupos sociais específicos como a população negra, deficientes e pobres no Brasil. Afim de compreender as dimensões das relações existentes entre a Educação/Ensino de Ciências e os ideários eugenistas e higienistas na produção acadêmica brasileira e de como o percurso metodológico do Materialismo Histórico Dialético é utilizado nessas produções, consultamos o banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e realizamos uma revisão de literatura ancorada em três refinamentos que constataram uma lacuna na utilização do referencial teórico metodológico marxista para uma análise dessa temática.

Palavras-chave: Eugenia. Higienismo. Educação em Ciências. Ensino de Ciências

ABSTRACT

This work focuses on the study of the intertwining of eugenic and hygienic ideologies with Brazilian education. I highlight in this text that from my teaching practice, questions emerged about how some practices arose and still persist in everyday school life. Noticing the connections between these ideologies and the formation of education, especially Brazilian public schools, I sought to research, analyze, and understand more about the topic, which led me to the following question: do eugenic and hygienic ideologies still influence current educational dynamics? This question led me to two other inquiries that structure this research: 1 - Did the Brazilian social structure support and continue to support the entry of scientific theories like these into various fields of knowledge? 2 - How do eugenic and hygienic practices remain in Brazilian education? To investigate these questions, we conducted a bibliographic research of authors who address the topic, such as Antunes (2012), Bonfim (2017), Faggion and Boarini (2018), Gebrim (2002), Goés (2015), Mansanera and Silva (2000), Stepan (2005), and Souza (2016). Seeking to answer the emerging questions, we opted for the theoretical-philosophical and methodological framework of Marxist literature, using the methodological approach of Historical Dialectical Materialism. We relied on categories such as State, Ideology, class struggle, and contradiction to analyze and discuss the relationships between these ideologies and Brazilian education. We elucidated the intrinsic relationships between the diffusion of eugenic and hygienic ideologies and the spread of liberal ideas in Brazil, emphasizing that these ideologies originated in the materiality of the Brazilian social fabric in the early 20th century and that the Brazilian state acted in favor of eugenics and hygiene, seeking to mitigate existing contradictions at the time. We also showed how the educational approach based on eugenics and mental hygiene provided the basis for parts of the school system structures, content selection, organization of educational institutions, and teacher training, contributing to the marginalization of specific social groups such as the Black population, disabled individuals, and the poor in Brazil. In order to understand the dimensions of the relationships between Education/Science Teaching and eugenic and hygienic ideologies in Brazilian academic production, and how the methodological approach of Historical Dialectical Materialism is used in these productions, we consulted the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and conducted a literature review anchored in three refinements that identified a gap in the use of the Marxist theoretical-methodological framework for analyzing this theme.

Keywords: Eugenics, Hygienism, Science Education, Science Teaching

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Árvore da Eugenia.....	53
-----------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mapeamento de teses e dissertações (consulta no banco de teses e dissertações CAPES). Obs: não há filtros.....	68
Quadro 2 - Mapeamento teses e dissertações (consulta no banco de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Obs: não há filtros.	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mapeamento de teses e dissertações (consulta no banco de teses e dissertações CAPES). Obs: não há filtros.....	22
Tabela 2 - Mapeamento teses e dissertações (consulta no banco de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Obs: não há filtros.	23
Tabela 3 - Mapeamento teses e dissertações (consulta no banco de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira DE Teses e Dissertações). Obs: Operadores Booleanos	243
Tabela 4 - T&D selecionadas via consulta ao BDTD.	70

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIE	– Aparelho Ideológico de Estado
BDTD	– Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
C&T	– Ciência e Tecnologia
COVID	– Corona Virus Disease
LBHM	– Liga Brasileira de Higiene Mental
MCE	– Material Curricular Educativo
Obs	– Observação
PPGEDUC	– Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências
QSC	– Questões Sociocientíficas
UFG	– Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - O Brasil moderno: o projeto de uma nação higienizada e branca	27
1.1 - Os alvos da Liga Brasileira de Higiene Mental: a infância, o educador e a escola	40
2 - EUGENIA E HIGIENISMO NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: reflexões teórico-metodológicas a partir do materialismo histórico e dialético.	52
3 - Eugenia/higienismo e Ensino/Educação em Ciências nas Teses e Dissertações	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo discutir, analisar e tratar a emergência e penetração das ideias eugenistas e higienistas na educação brasileira na década de 1920, bem como reconhecer alguns determinantes históricos que moldam a educação atual. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de autores que tratam do tema como: Antunes (2012), Bonfim (2017), Faggion e Boarini (2018), Gebrim (2002), Goés (2015), Mansanera e Silva (2000), Stepan (2005) e Souza (2016) a fim de apreender as características e determinações do surgimento e disseminação do ideário eugenista e higienista na educação brasileira.

Com a finalidade de apreender as particularidades desse entrelaçamento e como contribuição a discussão teórica dos dados, utilizamos o percurso metodológico do materialismo histórico dialético para analisar e expor os dados encontrados. Utilizando categorias como Ideologia, Contradição Luta de Classe e Estado buscamos apreender as particularidades que envolveram e ainda envolvem os ideários eugenistas/higienistas e a educação brasileira. A análise e exposição dos dados se deu a partir das categorias que emergiram da própria investigação da realidade e das categorias teóricas do materialismo histórico dialético, buscando sempre uma articulação, como aponta José Paulo Netto (2011, p.58) em três frentes, a totalidade do objeto, suas contradições e suas mediações.

Associado a isso, o interesse por este tema de pesquisa emerge da minha prática como professor de Educação Básica das disciplinas Ciências Naturais e Biologia, prática que busco pautar em uma educação antirracista, colocando o ensino de ciências e Biologia como instrumento de questionamento e subversão de uma educação que favorece a manutenção das estruturas sociais. Minha experiência como uma pessoa negra que passou pela educação básica presenciando e sofrendo com o racismo presente nas escolas, torna a temática desta pesquisa especialmente importante na minha vida pessoal, assim como na minha atuação profissional.

Sou natural de Goiânia – GO, cresci na zona norte da cidade, filho de uma professora e de um funcionário público de Estado, essa atuação profissional dos meus pais em conjunto com a vida pessoal e as socializações que fui inserido tiveram bastante influência na minha trajetória e formação política. As primeiras lembranças que tenho da escola é de passar o dia todo na escola onde eu estudava e que minha mãe era professora, era uma escola de classe média/alta e pelo fato de minha mãe

ser professora nós ganhamos uma bolsa de estudos e por isso completei todo meu ensino fundamental nessa instituição. Essa escola era composta majoritariamente por alunos brancos e isso teve implicações nas minhas experiências escolares. Por ser um aluno negro, por diversas vezes conflitos relacionados a socialização nessa escola aconteciam.

Iniciei minha experiência no ensino superior cursando a graduação em história na Universidade Federal de Goiás (UFG) e depois de algum tempo acabei me transferindo pra graduação em Biologia também na mesma universidade. Durante a graduação tive a oportunidade de participar de um projeto de extensão para dar aulas pra crianças internadas em alguns hospitais da cidade, e isso me aproximou bastante da docência.

Durante a realização de um curso de pós-graduação lato sensu em Psicologia da Educação, que realizei pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, cursei uma disciplina sobre a história da psicologia no Brasil. Durante a disciplina, trabalhamos alguns textos que traziam os entrelaçamentos entre a psicologia e a entrada do pensamento eugenista no país e, em alguns desses textos, percebi que algumas práticas que foram introduzidas por eugenistas por aqui se pareciam bastante com práticas ainda vigentes nas escolas brasileiras.

Ao observar que na maioria das escolas por onde passei a prática de homogeneização (mecanismo de seleção e separação por desempenho) das turmas se fazia presente e era tida como uma prática comum e correta pelos gestores e professores, decidi investigar as origens dessa prática e entender o seu funcionamento para a dinâmica de uma escola e para o processo de ensino e aprendizagem nas ciências.

Pesquisando sobre essa temática pude observar que essa conduta foi largamente difundida e aplicada por eugenistas e higienistas em vários campos da sociedade, essa informação me fez questionar se os ideários eugenistas e higienistas ainda se fazem presentes nas dinâmicas educacionais atuais, em especial no ensino de ciências.

Dessa forma, pude verificar, no primeiro momento, a partir dos estudos de Antunes (2012), Mansanera e Silva (2000) e Bonfim (2017), que o contexto em que o Brasil estava inserido, no início do século XX, foi crucial para o desenvolvimento desse ideário. O mundo vivia grandes mudanças decorrentes da emergência da industrialização em conjunto com o espraiamento do pensamento liberal. Nesse

cenário, o Brasil que era uma colônia europeia até o início do século XIX, vivenciava grandes transformações políticas, econômicas e sociais.

Aliado a essas transformações, o país carecia de uma identificação de povo e de nação, pois a grande diversidade populacional brasileira aparecia como um dos fatores que não permitiam tal coesão, assim, vários integrantes da elite brasileira se colocaram na incumbência de pensar um projeto de modernização das estruturas sociais, do pensamento, das relações sociais visando sobretudo, atingir a grande maioria da população.

O Brasil, apesar de ser um país miscigenado, não era pensado como tal, essa elite branca que se dispôs a apontar os caminhos para a modernização do país, via a presença da cultura e genética afro-brasileira como um dos empecilhos para que o Brasil se tornasse uma república sólida e mais próximo das grandes nações europeias.

O ideário eugenista, então, cai como uma luva para os integrantes dessa elite intelectual que justificaria o pensamento e as ações higienistas que tinham como foco os que eram identificados como “degenerados” assim como eram os indivíduos chamados por Renato Kehl em sua obra *Tipos Vulgares* (1927) de “perfis psicocríticos”.

Um grande êxodo rural aconteceu nesse período, decorrente da procura de emprego por parte da população negra que, a esta altura, tentava se integrar à sociedade que não os viam como cidadãos. Ressalte-se ainda que, a emergente industrialização que mudava o eixo de trabalho das fazendas para os centros urbanos, trouxe o surgimento de grandes aglomerações de trabalhadores e trabalhadoras nas periferias dos centros urbanos. (MOURA, 2019)

Favelas e cortiços eram cada vez mais presentes nas paisagens urbanas e esses centros habitacionais passam a ser encarados como o foco de toda e qualquer doença que acometia as cidades, também essas habitações eram vistas como esconderijo de ladrões e vadios, um verdadeiro foco de desajuste social.

Pelas mãos de médicos, literatos, antropólogos, sociólogos e juristas a atenção com o melhoramento da constituição étnica da população brasileira passa a ser presente durante o período tratado. Esse cuidado e atenção tinha na eugenia a validação científica que procuravam para resolver os problemas identificados, como as doenças, conflitos sociais, a desordem, os vícios, a pobreza e tudo o que remetia à cultura e população negra.

Esse pensamento social e político brasileiro sustentou por vários anos algumas políticas públicas que favoreciam populações brancas em detrimento das populações não brancas no país. Azevedo Amaral (1932), participante do primeiro congresso de Eugenia no Rio de Janeiro em 1929, escreve que:

A entrada de correntes imigratórias de origem europeia é realmente uma das questões de maior importância na fase de evolução que atravessamos e não há exagero afirmar-se que do número de imigrantes da raça branca que assimilarmos nos próximos decênios depende literalmente o futuro da nacionalidade [...] Uma análise retrospectiva do desenvolvimento da economia brasileira desde o último quartel do século XIX põe em evidência um fato que aliás nada tem de surpreendente porque nele apenas reproduzia, em maiores proporções ainda, o que já ocorrera em fases anteriores da evolução nacional. As regiões para onde afluíram os contingentes de imigrantes europeus receberam um impulso progressista que as distanciou de tal modo das zonas desfavorecidas de imigração que entre as primeiras e as últimas se formaram diferenças de nível econômico e social, cujos efeitos justificam apreensões políticas. Enquanto nas províncias que não receberam imigrantes em massa se observava marcha lenta do desenvolvimento econômico e social, quando não positiva estagnação do movimento progressivo, as regiões afortunadas a que iam ter em caudal contínuas levas de trabalhadores europeus foram cenário de surpreendentes transformações econômicas de que temos. Os exemplos mais impressionantes em S. Paulo e no Rio G. do Sul. Aliás, aconteceu entre nós o mesmo que por toda a parte onde nações novas surgem e prosperam com a cooperação de elementos colonizadores vindos de países mais adiantados e habitados por povos de raças antropologicamente superiores. [...] O problema étnico brasileiro — chave de todo o destino da nacionalidade — resume-se na determinação de qual virá a ser o fator da triplíce miscigenação que aqui se opera a que caberá impor a ascendência no resultado definitivo do caldeamento. É claro que somente se tornará possível assegurar a vitória étnica dos elementos representativos das raças, e da cultura da Europa se as reforçarmos pelo afluxo contínuo de novos contingentes brancos. Os obstáculos opostos à imigração de origem europeia constituem, portanto, dificuldade deliberadamente criada ao reforçamento dos valores étnicos superiores de cujo predomínio final no caldeamento dependem as futuras formas estruturais da civilização brasileira e as manifestações do seu dinamismo econômico, político, social e cultural. [...] A nossa etnia está ainda longe do período final de cristalização. E como acima ponderamos, os mais altos interesses nacionais impõem que se faça entrar no país o maior número possível de elementos étnicos superiores, a fim de que no epílogo do caldeamento possamos atingir um tipo racial capaz de arcar com as responsabilidades de uma grande situação.

Podemos observar como a ideologia do colonialismo foi assimilada pelas elites brasileiras dando continuidade a um pensamento que, por meio de medidas administrativas, políticas e repressivas, buscava impedir a entrada de imigrantes negros e incentivar a entrada de brancos que eram tidos como civilizados, pois, para essa elite, quanto mais branqueado mais civilizado era uma nação. (MOURA, 2019).

Destaco aqui que a população negra não assistia a esses constantes ataques de forma passiva e inoperante. A população negra no Brasil criou inúmeros

mecanismos de resistência e negação do modelo social ao qual eram submetidos pelo Estado brasileiro. Clóvis moura (2019, p. 46) sobre a resistência dos negros brasileiros enfatiza que:

Em vista disso, a imagem do negro tinha de ser descartada da sua dimensão humana. De um lado havia necessidade de mecanismos poderosos de repressão para que ele permanecesse naqueles espaços sociais permitidos e, de outro, a sua dinâmica de rebeldia que a isso se opunha. Daí a necessidade de ele ser colocado como irracional, as suas atitudes de rebeldia como patologia social e mesmo biológica.

A eugenia como uma inovação científica da época atuou fortemente junto ao Estado brasileiro para pensar e executar políticas educacionais. A ciência eugênica, assim como outras ciências, se colocou como mediadora de decisões tomadas pelo Estado, com a justificativa de ser imparcial nas tomadas de decisão. Constata-se isso a partir dos três mitos da neutralidade das ciências, discutidas por Auler e Delizoicov (2001), que também podem ser definidos por Lima Junior *et al* (2014) como:

(1) O mito da superioridade do modelo de decisões tecnocráticas refere-se à falsa crença de que as decisões sociais devem ser tomadas pelos especialistas, pois acredita-se que estes podem ser neutros, livres de interesse e convicções pessoais, podendo, portanto, tomar decisões imparciais e mais eficazes que outros indivíduos da sociedade.

(2) A perspectiva salvacionista da C&T refere-se à de que todos os problemas sociais podem ser resolvidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico [...] Esse mito pode dar a falsa sensação, às pessoas, de que não precisam se preocupar com os problemas sociais, já que eles serão resolvidos pelo desenvolvimento tecnológico e científico.

(3) O mito do determinismo tecnológico consiste na hipótese de que as tecnologias têm uma lógica completamente autônoma de demandas sociais, podendo ser aplicada sem referência à sociedade. Sob a perspectiva desse mito, é aceito que a tecnologia tenha efeitos sociais, mas é negado que ela seja social na sua origem [...].

A superioridade do modelo de decisões tecnocráticas colocava os cientistas, por vezes eugenistas, como livres de convicções pessoais e interesses nas decisões. A perspectiva salvacionista da ciência eugênica fez crer que os problemas sociais poderiam ser superados através da sua utilização e o determinismo tecnológico permitiu que essa ciência se colocasse como uma ciência autônoma e que não tinha suas origens nas tensões da sociedade.

Também como parte dessa conjuntura as reformas educacionais do início do século XX, como as influenciadas pelo movimento da Escola Nova, tiveram uma importante participação para que o pensamento higiênico e eugênico penetrasse não

só no imaginário popular dos brasileiros, mas também nas ações concretas do poder público.

A atuação dos eugenistas e higienistas conseguiu alcançar vários setores da sociedade brasileira com o entrelaçamento do Estado e as organizações que defendiam esse ideário. Nesse sentido, podemos notar que a educação e o ensino público e privado foram os principais espaços de diligência dessas organizações, pois o Estado funciona como um controlador, agindo sempre para atender os interesses da classe que domina os meios de produção, “a classe econômica dominante é a classe política dominante” (MASSON, 2010, p. 93). Desta forma, podemos observar como a classe econômica e política dominante no Brasil ainda continua com o mesmo perfil do início do século XX (homens brancos, latifundiários, vinculados à produção agrícola, detentores de meios de produção), período que tivemos essas importantes expansões do ensino escolar no Brasil, o passado que não passa.

Por meio de intercâmbios de membros das elites que se formavam no exterior e retornavam para o Brasil trazendo a produção intelectual da Europa e dos Estados Unidos, a proposta educacional denominada Escola Nova, que possuía na psicologia um de seus principais instrumentos de atuação, passa a integrar a formulação das reformas educacionais que aconteciam no país.

O movimento da Escola Nova foi um grande impulsionador da utilização dos testes psicométricos no Brasil. Os testes já eram utilizados na Europa e nos Estados Unidos e, aqui no Brasil, passam a ter um papel importante nas escolas, nas fábricas e nos quartéis.

O plano de modernização do Brasil, que passava inevitavelmente pela medicina e pela educação, teve uma grande influência de membros da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), organização fundada em 1923 pelo psiquiatra Gustavo Riedel, segundo Wanderbroock Junior (2007).

A LBHM tinha como fundamento para suas propostas e ações os ideais higienistas e também os ideais eugenistas. Esse ideário foi presente durante todo seu funcionamento, ficando explícito nos documentos que constam nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. Tivemos como um dos principais participantes da LBHM o farmacêutico e médico Renato Ferraz Kehl que representava uma vertente do pensamento eugenista, que entendia a depuração social como principal forma de promover a eugenia, chegando a defender em um determinado período de sua

carreira a esterilização de indivíduos disgênicos (não desejados), que eram pessoas com deficiência, pobres e não brancas.

A busca por uma educação sob medida foi um forte braço de atuação da LBHM na sociedade brasileira. O olhar da liga para a infância explicitava a preocupação que seus integrantes tinham não somente com o presente, mas também com o futuro do país. As crianças do presente seriam os trabalhadores do futuro.

Era na infância que a LBHM enxergava a melhor oportunidade de intervenção no indivíduo, pois, se contidos ainda na nessa fase do desenvolvimento, os futuros “desajustados” não poderiam impedir, aos olhos da LBHM, que o Brasil se tornasse uma nação desenvolvida e próspera.

A escola passa a ser vista como o local perfeito para a pretendida intervenção social, pois era ali que as crianças passavam um longo período do seu dia realizando atividades, a LBHM poderia então estudar e intervir de diversas formas nos escolares.

Para que fosse possível essa atuação nas escolas, era preciso preparar os professores para executar as atividades, os testes e as pesquisas que a liga planejava utilizar. Assim, foram formados especialistas para a atuação nas escolas, que iriam ditar a forma e o conteúdo que os educadores considerados normais iriam trabalhar com os estudantes.

Selecionando e encaminhando crianças para diferentes tipos de educação e futuramente, diferentes postos de trabalho, a liga atuou concretamente na formação de educadores e estruturação de reformas educacionais encampadas no início do século XX. A escola serviria como uma vitrine para que essa intervenção eugênica e higiênica pudesse também saltar para outros espaços da sociedade. A LBHM utilizou o espaço escolar para formular e também disseminar um ideário que, mesmo com evidentes limitações para se pensar o futuro de um país com diversas fraturas sociais, foi abraçado e incentivado pela elite que comandava o poder público da época.

Atualmente, na formulação de diretrizes educacionais, percebemos parte de uma produção científica, pretensamente neutra e livre de entrelaçamentos sociais, que se coloca como via para as resoluções em diversas áreas, incluindo a educação e relações étnico-raciais, conforme Clóvis Moura (2019, p. 39) aponta:

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, tem sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, por outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura

escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu.

Partindo dessa construção teórica e pensando nas influências e ingerências que o higienismo e a eugenia tiveram nas formulações da educação escolar no Brasil, a problemática desta pesquisa, estrutura-se em duas questões:

1. A estrutura social brasileira alicerçou e alicerça a entrada de teorias científicas como a Eugenia e o Higienismo nos diversos campos do conhecimento?
2. Como permanece as práticas eugenistas e higienistas na educação brasileira?

Na busca de respostas para as questões apresentadas, parte-se da hipótese que as possibilidades que a ciência tem de pensar a educação são diversas, porém se tomarmos a pesquisa científica somente como um produto da realidade e não como produtora dessa realidade, assim como uma aplicação técnica de conceitos que estão apartados da realidade social, essa ciência pode possibilitar a manutenção das desigualdades existentes, como também contribuir para um aprofundamento dessas desigualdades como foi o caso da ciência eugenista.

Os testes e avaliações, de bases eugenistas e higienistas, que foram sistematicamente aplicados nas escolas do Brasil, selecionavam e homogeneizavam as salas de aulas, onde alunos com bons resultados nos testes eram direcionados a turmas específicas, já alunos que não tinham um desempenho satisfatório eram encaminhados e agrupados em outras turmas (ANTUNES, 2012).

Isso explicita como a educação escolar brasileira, ao longo de sua formação, serviu como um espaço de exclusão de alunos que não atendiam o padrão de “normalidade”. Selecionando e encaminhando crianças para diferentes tipos de educação e futuramente diferentes postos de trabalho, a desigualdade de acesso foi se cristalizando cada vez mais na realidade brasileira, construindo e reproduzindo as relações estruturais entre as desigualdades escolares/educacionais e as desigualdades sociais.

Busco aqui apresentar um trabalho que parte de uma concepção de que um método não pode ser pensado de forma apartada de uma teoria social, sendo assim, o materialismo histórico e dialético desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels apresenta o desenvolvimento de uma compreensão da luta de classes na sociedade

burguesa e capitalista, e também um método investigativo desta mesma sociedade. Não pretendo aqui apresentar um conjunto de regras, porque segundo José Paulo Netto (2011),

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação.

Desta forma, temos também, que o método implica uma determinada perspectiva do sujeito que pesquisa, e que na sua relação com o objeto poderá apreender dele suas múltiplas determinações, já que é a dinâmica e estrutura do objeto que ditam os procedimentos do pesquisador (NETTO, 2011). Busco aqui observar a realidade do objeto de pesquisa a fim de desvelar o conjunto de determinações que se apresentam e assim entender o objeto como síntese destas múltiplas determinações.

Nessa direção, na busca de respostas ao problema que baliza esta investigação, os procedimentos metodológicos desta pesquisa caracterizam-se como qualitativos, por buscar enfatizar as especificidades do fenômeno estudado em sua razão de ser e em sua origem (MINAYO, 2001).

O caráter qualitativo da pesquisa se dá pela preocupação com os aspectos da realidade que não podem ser explicados em sua totalidade utilizando apenas dados quantificáveis. A partir da análise de motivos, aspirações, valores, atitudes e significados a pesquisa qualitativa busca um entendimento mais profundo dos fenômenos, das relações e dos processos que envolvem um objeto, sendo impossível assim, reduzir a um conjunto de dados variáveis (MINAYO, 2001; FLICK, 2004).

Partindo de Minayo (2001) e Flick (2004) o presente trabalho também é de cunho teórico-bibliográfico, fundamentado na pesquisa bibliográfica e na análise de documentos, buscando também uma revisão sistemática e crítica sobre o tema central da pesquisa, assim como, dos temas adjacentes que se mostrem importantes para o trabalho.

Essa pesquisa também buscou respostas ao problema formulado, analisando a produção de outras/os autoras/es sobre as temáticas envolvendo o ideário eugenista e higienista e a Educação/Ensino de ciências.

Partindo dessas informações, discutimos as relações existentes entre o Estado, a educação e a sociedade, analisando a historicidade do objeto de pesquisa.

Pensando a realidade social brasileira, observamos que, historicamente, grupos sociais foram excluídos parcial ou totalmente do acesso a uma educação de qualidade, isso não se deu por iniciativas individuais ou de grupos desarticulados, é evidente a participação do Estado nessa relação. Engels (2010) aponta que,

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é realidade da ideia moral, nem a imagem e a realidade da razão, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2010, p. 213).

Nesse sentido se tomarmos o Estado como pacificador, pautado das ideologias da classe dominante e produtor de consensos necessários entre as classes com o intuito de dar continuidade à reprodução da sociedade capitalista (SOUZA, 2019), fica evidente a necessidade de uma rigorosa investigação sobre a continuidade desse entrelaçamento entre o Estado, a educação e os ideários eugenistas e higienista, já que no início do século XX essa relação foi tão explícita e sólida.

Não espero aqui, contudo, reduzir o amplo debate existente sobre a categoria de Estado e de suas implicações, tensões e contradições existentes. Procuro ressaltar e explicitar as ações e omissões do Estado brasileiro em relação às políticas públicas educacionais e o pensamento eugenista e higienista sem, no entanto, suprimir o tensionamento existente dentro do Estado contrapondo esse ideário em suas diversas formas.

Ainda com o objetivo de entender a dimensão das relações existentes entre a educação brasileira o ensino de ciências e os ideários eugenista e higienista na produção acadêmica brasileira, foi realizada uma consulta, nas bases de dados do banco de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, utilizando como descritores as palavras chave eugenia e higienismo na qual se chega aos seguintes resultados:

Tabela 1 - Mapeamento de teses e dissertações (consulta no banco de teses e dissertações CAPES). Obs: não há filtros.

PALAVRAS CHAVE/DESCRITOR	RESULTADO PARCIAL DE OCORRÊNCIAS (28/12/2022)
--------------------------	---

1. Eugenia	4810
2. Higienismo	146

Fonte: Autoria própria

Tabela 2 - Mapeamento teses e dissertações (consulta no banco de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Obs: não há filtros.

PALAVRAS CHAVE/DESCRITOR	RESULTADO PARCIAL DE OCORRÊNCIAS (28/12/2022)
1. Eugenia	335
2. Higienismo	420

Fonte: Autoria própria

Observamos um grande número de ocorrências ligadas às palavras chave escolhidas, foi possível verificar que os dois descritores possuem ligações com diversos campos de conhecimento, como descritos nos descritores em ciências da saúde (ex: virologia, genética, fisiologia). A fim de uma análise sobre o início das produções acadêmicas acerca desta temática foi observado que uma das primeiras ocorrências encontradas na base de dados da capes aparece no ano de 1989, realizada por Maria Terezinha Vieira Verardo com o título de “A sexualidade educada: nota crítica sobre pressupostos teóricos e projetos empíricos”. Foi possível também constatar que a partir dessa publicação o número de produções sobre eugenia e higienismo cresceram com o passar dos anos.

Para maior aproximação com a temática desta pesquisa procuramos fazer uma melhor delimitação de critérios e universo da pesquisa buscando um refinamento dos dados. Foram utilizados operadores booleanos associados às duas principais palavras chave, eugenia e higienismo, com os seguintes termos educação, ensino de ciências, currículo e políticas públicas educacionais, operações feitas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações:

Tabela 3 - Mapeamento teses e dissertações (consulta no banco de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Obs: Operadores Booleanos

PALAVRAS CHAVE/DESCRITOR	RESULTADO PARCIAL DE OCORRÊNCIAS (28/12/2022)
1. Eugenia - Educação	22
2. Eugenia - Políticas Públicas Educacionais	00
3. Eugenia - Currículo	00
4. Eugenia - Ensino de Ciências	03
5. Higienismo - Educação	195
6. Higienismo - Políticas Públicas Educacionais	00
7. Higienismo - Currículo	03
8. Higienismo - Ensino de Ciências	12

Fonte: Autoria própria

O panorama apresentado na tabela mostra que a temática deste trabalho já vem sendo estudada e discutida por outros autores o que permite uma melhor sustentação teórica para a pesquisa.

Acerca da estruturação desta dissertação, foi organizada e distribuída em uma introdução e posteriormente três capítulos. Na introdução procuramos destacar a fundamentação teórica do trabalho, assim como discorrer sobre os motivos pessoais que me levaram a um interesse por esse tema de pesquisa. Também escrevo sobre

o contexto em que o Brasil se encontrava no início do século XX, escolho esse recorte temporal devido à grande entrada e espalhamento do ideário eugenista e higienista no poder público brasileiro à época. Ressaltamos também os movimentos que atuaram no Brasil em prol da disseminação do pensamento higienista e eugenista e quais foram os principais alvos destas organizações. Por fim, explico os caminhos para a investigação e aproximação com o tema pretendido apresentando os procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa e o método a ser empregado, como também apresento uma breve consulta as bases de dados do banco de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, utilizando como descritores as palavras chave eugenia e higienismo, além de utilizar operadores booleanos associados às duas principais palavras chave, eugenia e higienismo, com termos educação, ensino de ciências, currículo e políticas públicas educacionais, operações feitas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

O primeiro capítulo, nomeado “O Brasil moderno: o projeto de uma nação higienizada e branca”, está dividido em duas partes, a primeira apresenta um maior aprofundamento no contexto social vivido no Brasil nas primeiras décadas do século XX, passa pela historicização da educação brasileira, apresenta brevemente a situação, à época, de grupos sociais marginalizados pelo Estado. Apresenta definições e conceitos de eugenia e higienismo, discorre sobre como se deu a entrada deste ideário no Brasil, como também quais foram suas sustentações para um espalhamento e entrelace com as políticas públicas educacionais. A segunda parte procura, tomando como referência a Liga Brasileira de Higiene Mental, discutir as ingerências dos movimentos eugenistas e higienistas na Educação brasileira, mostrando seus principais alvos de atuação, a infância o educador e a escola, bem como apresentar os entrelaçamentos e conexões desses movimentos com o Estado brasileiro, movimento que possibilitou e ainda possibilita a entrada e espalhamento de ideários como a eugenia e o higienismo.

No segundo capítulo procedeu-se à explanação das análises de categorias e conceitos que emergiram durante a pesquisa. Dentre esses elementos, destacam-se o Estado, Escravidão tardio, Ideologia, Contradição, Luta de Classe, e outros de relevância similar presentes na literatura marxista. Cada um desses aspectos foi discutido, com o intuito de elucidar seu significado e sua implicação no contexto abordado.

Por fim, no terceiro capítulo, procedemos uma investigação na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações em busca de trabalhos relacionados à temática abordada neste estudo. Optamos por diferentes conjuntos de buscas e aplicamos três critérios de refinamento para selecionar os trabalhos relevantes para a pesquisa.

1 - O Brasil moderno: o projeto de uma nação higienizada e branca

Constituído como uma colônia de exploração submetida a Portugal, toda e qualquer riqueza que no Brasil fosse produzida estava sob determinação e domínio da coroa. Esse modo de produção garantiu às classes dominantes da metrópole uma vida de muita riqueza e ostentação.

O Brasil colônia estava inteiramente ligado à expansão comercial europeia, que foi condição para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para Antunes (2012, p.46),

Deve-se entender que o período colonial no Brasil está articulado à expansão comercial europeia, uma das condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Mais especificamente, o Brasil, sob o domínio dos portugueses, constituiu-se como colônia de exploração. A espoliação das riquezas coloniais baseava-se no monopólio da metrópole, que determinava o que deveria ser produzido, a maneira de fazê-lo e a apropriação de seus produtos. A imensa riqueza obtida pela força de trabalho escrava na agricultura (baseada em latifúndios) ou na mineração garantiu às classes dominantes das metrópoles uma vida de luxo e opulência.

Para que o funcionamento da empresa colonial fosse garantido, a metrópole precisou de um enorme aparato repressivo, tanto para conter as inúmeras revoltas de mulheres e homens escravizados, como também para defender seu território de ataques por outros países europeus. Aliado a essa repressão, foi preciso, ainda, estabelecer um forte aparato de ordem ideológica, buscando impor, manter e transmitir ideologias que justificassem e dessem legitimidade para a exploração colonial (ANTUNES, 2012).

Com o objetivo de manter e organizar a empresa colonial, vários jesuítas se empenharam na produção e difusão de conhecimentos que se entrelaçaram com os primórdios da educação no Brasil, mais especificamente na educação dos filhos de colonos portugueses, preparando-os para a continuidade dos estudos na metrópole, e também com a catequese e educação das primeiras letras para os indígenas, que se materializava em uma pedagogia repressiva com bases no castigo, controle e disciplina. Antunes (2012, p.47) afirma que,

A mais conhecida tarefa jesuítica no Brasil, porém, relaciona-se com a educação, mais precisamente, com a educação dos filhos dos colonos portugueses, com base em seu programa de estudos, o Ratio Studiorum, que tinha a finalidade de prepará-los para o seguimento dos estudos na metrópole, e a educação elementar e a catequese para os filhos dos nativos da terra.

No início do século XIX, com o fim da condição formal e documentada de colônia portuguesa, a realidade no Brasil passou por grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Dentre essas transformações, ocorreu a necessária formação de um aparato administrativo, em nível federal, este totalmente entrelaçado com preocupações sobre o ensino e a educação. Essa administração, conforme Antunes (2012), se constituiu nos núcleos urbanos com a instalação de instituições de ensino, impressão de livros, criação de cursos superiores, dentre outras ações tomadas.

As questões sociais no Brasil pós-colonial passaram então a ser o grande foco de interesse médico e pedagógico por parte dos pensadores e administradores que compunham a elite desse Brasil. Entretanto, essa preocupação não garantiu um real compromisso social com os interesses da maior parte da população brasileira, que na época se encontrava em condições sociais precárias. Segundo Antunes (2012, p. 50),

Há, nesse momento, um incremento do processo de urbanização, principalmente no Rio de Janeiro e em Salvador, caracterizado pela precariedade das condições de saneamento, o que produziu graves problemas de saúde, uma das manifestações dos profundos problemas de natureza social. As elites letradas referiam-se às imundícies físicas e morais, estas relacionadas às várias personagens urbanas, como “leprosos, loucos, prostitutas, mendigos, vadios, crianças abandonadas, alcoólatras”. Foi nessa situação que surgiu, segundo Machado, Loureiro, Luz e Muricy (1978), a Medicina social, mais preocupada com a saúde do que com a doença, com a prevenção do que com a cura, pautando-se nos ideais de normalização e higienização social, com vistas à eliminação da desordem e dos desvios, sendo proposta, nesse sentido, a higienização de hospitais, cemitérios, quartéis, bordéis, prisões, fábricas e escolas.

Com a emergente urbanização nas grandes cidades, no final do século XIX a formação de cortiços e favelas, ficaria cada vez mais presente nos arredores urbanos. Essas habitações, geralmente, eram vistas e tomadas como exemplo de centros de desordem, focos de doenças e moléstias, esconderijo de ladrões e vadios. Assim, essa população passaria a ser o grande problema a ser enfrentado pelos pensadores, políticos e intelectuais da época. Conforme Antunes (2012), é nesse contexto que surge a medicina social, que se orientava por um caráter preventivo, pautada pela higienização social, que buscava a eliminação de desvios e da desordem. A atuação da medicina, ancorada em princípios higienistas, se dirigiria aos espaços públicos, como: prisões, hospitais, quartéis, fábricas e escolas.

A problemática social enfrentada pelo Brasil, aliada aos avanços da consolidação do modo de produção capitalista, se mostrou um terreno fértil para que a psicologia, até então não consolidada como ciência, fosse utilizada e experimentada

na tentativa de responder e resolver vários dos desafios colocados à época. Os saberes psicológicos produzidos no final do século XIX e início do século XX no Brasil, se apoiaram principalmente na medicina e na educação, esses saberes tiveram um grande viés excludente e elitista, porém é importante ressaltar que essa perspectiva não foi totalmente hegemônica, alguns pensadores da época se colocavam antagônicos a produção majoritária desses saberes psicológicos (ANTUNES, 2012).

No início do século XX, o Brasil tentava se estabelecer como uma República e almejava uma estruturação de povo e de nação. No decorrer das últimas décadas, a população negra, por meio das lutas abolicionistas, vinha obtendo importantes avanços em prol de sua libertação, e mais, com a emergente industrialização, uma grande parte da população brasileira passou a se concentrar nos grandes centros urbanos. Nas palavras de Mansanera e Silva (2000, p.117):

Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial. Abriu-se campo para a proliferação de tecnologias e para o trabalho de especialistas que investigavam sobre a saúde dos imigrantes, a situação sanitária dos portos, o dia-a-dia das cidades, a higiene infantil, os hábitos e costumes populares, a eugenia ou "ideal de branqueamento" do povo brasileiro, o trabalho fabril, o mundo do crime, etc. O discurso médico-higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país.

A industrialização como meta, e a ideia de um Brasil moderno que acompanhasse as grandes nações europeias, trouxe a necessidade de implantar e sistematizar o projeto de construção de uma nova nação e de novos brasileiros. Para que esse objetivo fosse possível, essa nova formação dos brasileiros seria realizada pela educação. Nessa perspectiva, a nova educação deveria ter uma nova conformação, que fosse moderna e a altura do projeto de país a que se pretendia alcançar (ANTUNES, 2012).

Buscando resolver o funcionamento social, que era visto como a causa de doenças, a higiene tornou-se uma "ciência social", o que possibilitava a sua utilização para um planejamento urbano, equiparando-se a demografia, a Geografia, a Estatística e a Topografia. Mansanera e Silva (2000, p.118) destacam que a higiene,

tornou-se analista das instituições; transformou o hospital em "máquina de curar"; criou o hospício como enclausuramento disciplinar do doente mental; inaugurou o espaço da hegemonia da clínica, condenando formas alternativas de cura; ofereceu um modelo de transformação à prisão e de formação à escola.

Nesse cenário, os dirigentes republicanos se dedicaram à criação de estratégias para uma “nova” formação da população brasileira. Vários intelectuais, cientistas, juristas, médicos, artistas e pessoas de grande prestígio se dedicaram a estudar e propor alternativas para que o Brasil pudesse se tornar uma nação moderna e conseqüentemente mais “pura”, aos olhos dos países europeus. Assim, Mansanera e Silva (2000, p.119) ressaltam que:

Em 1923, no I Congresso Brasileiro de Higiene, os principais articuladores do movimento da higiene social tomaram para si a tarefa de proteger higienicamente a coletividade, em nome da ordem, e contra a anarquia do liberalismo, dos ideais igualitários, da promiscuidade e decadência urbanas. Considerou sua atribuição a criação dos hábitos sadios, o combate às "taras sociais" e a realização das grandes aspirações sanitárias do Estado: a robustez do indivíduo e a virtude da raça. Segundo a concepção higienista, não era possível fazer uma grande nação com uma raça inferior, eivada pela mestiçagem, como eram os brasileiros. Nesta questão, o higienismo se fundamentava na Eugenia.

Os cuidados com o “melhoramento da constituição étnica” da população brasileira passam a ser estudados e introduzidos no Brasil através de juristas, sociólogos, antropólogos, médicos e literatos. Mansanera e Silva (2000, p.120) observam que: “Essa preocupação apresentava cunho ideológico, pois o regime republicano enfrentava uma crise que a Eugenia, de certa forma, ajudava resolver”.

E ainda,

O regime republicano atravessava, nas duas primeiras décadas do século XX, um período de convulsões. A Abolição da Escravatura; a imigração européia; a migração dos camponeses e antigos escravos para as cidades; enfim, os efeitos econômicos da industrialização nascente agravavam as tensões sociais e colocavam em questão o próprio regime, cuja legitimidade a elite de dirigentes procurava justificar por todos os meios.[...] O Brasil estava sacudido por revoltas sociais e crises econômicas, não por questões históricas ou políticas, mas - segundo eles - por causa do clima tropical e da constituição étnica do povo. O brasileiro não tinha podido promover o desenvolvimento harmônico do país porque o calor e a mistura com raças inferiores tinham-no tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente. Infelizmente, nada podia ser feito contra o clima. Em contrapartida, o problema racial ainda podia ser resolvido (Costa, 1989, p. 82)

Destaca-se aqui a conceituação de “Eugenia” e “Eugenismo” definida por Renato Kehl, importante médico, farmacêutico e eugenista brasileiro do início do século XX, tratada na obra de Bonfim (2017):

A Eugenia [...] tem por fim melhorar e proteger a espécie, pelo melhoramento e pela proteção das boas sementes e de seus portadores. Poder-se-á definir a Eugenia como sendo a sciencia que tem por fim preservar e favorecer as boas disposições hereditárias do plasma germinativo. Ella corresponde á hygiene especifica das cellulas de reproducção ou hygiene da hereditariedade [...] é a sciencia da protecção e da selecção das sementes humanas. A sua finalidade, em relação ás

sementes, é a defesa da espécie pela manutenção e multiplicação das boas linhagens. Eugenismo é a aplicação prática, social e individual das medidas que correspondem para o melhoramento humano. Corresponde a Eutechnia [...] é educação, é saneamento, é higiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficiando o homem, reverte directa ou indirectamente em benefício de sua prole. (KEHL, 1929 apud BONFIM, 2017, p. 169).

Os higienistas acreditavam que, para solucionar os inúmeros problemas sociais enfrentados na época, deveriam tomar a eugenia como um avalista científico, que daria rumo às investidas em busca do desenvolvimento brasileiro. De acordo com Mansanera e Silva (2000, p. 121):

A fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, foi um marco na adoção do ideal do melhoramento da raça pelos médicos. A fundação da instituição foi iniciativa de Renato Kehl e reunia a maioria da elite médica da cidade de São Paulo. Tinha 140 membros e seu presidente era Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina (Reis, 1994, p. 41). Embora a Sociedade Eugênica tenha tido vida curta, seus ideais permaneceram mobilizando muitos médicos, principalmente os psiquiatras, que viam na Eugenia a possibilidade de colaborarem com medidas de combate ao considerado grave problema da composição racial brasileira.

Cabe aqui destacar o caráter e status científico que a eugenia havia estabelecido na época. Constantemente é possível ler muitas produções científicas que tratam a eugenia como uma "pseudociência", algo que acaba afastando o enorme envolvimento de renomados cientistas na elaboração de suas ideias, e ainda acaba por escamotear a natureza política existente nas produções das ciências biológicas e humanas (STEPAN, 2005).

João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, no ano de 1912, preparou um documento para ser apresentado no Primeiro Congresso Universal de Raças, que aconteceria em Londres. Neste documento Stepan (2005) aponta que " [...] Lacerda calculava, com base em dados do Censo brasileiro, que por volta do ano de 2012 a população negra estaria reduzida a zero e os mulatos não seriam mais que 3% do total".

Com a aglomeração de pessoas nas grandes cidades foi criado um ambiente "propício" para várias investigações e propostas para o enfrentamento questões sanitárias, como: a saúde dos imigrantes, o cotidiano das cidades, questões jurídicas, o branqueamento da população ou eugenia, o trabalho, a educação, dentre outras (MANSANERA; SILVA, 2000).

Diante das necessidades que foram se constituindo, o sistema educacional brasileiro não era capaz de atender as demandas desse novo quadro social e

econômico que se formava, foi preciso então pensar uma reformulação desse sistema para acompanhar tais transformações (GEBRIM, 2002).

A produção intelectual tanto da Europa quanto dos Estados Unidos chegava ao Brasil através de intercâmbios de integrantes das elites, que se formavam no exterior e retornavam ao Brasil. Assim, uma nova proposta de educação, chamada de Escola Nova, começa a ganhar força e se disseminar nos ambientes educacionais existentes na época. A Escola Nova tinha a psicologia como sua principal fundamentação, porém a psicologia não possuía no Brasil o status de uma ciência autônoma, desta forma a psicologia se utiliza do campo da educação como também da medicina para se autonomizar (ANTUNES, 2012).

Sobre o movimento da Escola Nova que norteou várias reformas educacionais no Brasil, Faggion e Boarini (2018, p. 1242) trazem à tona que a presença de uma “nova” pedagogia, o escolanovismo era uma expressão do pensamento liberal, pois

Partia do princípio da igualdade de oportunidades e entendia a educação como principal responsável na garantia de condições para o desenvolvimento dos indivíduos e de suas potencialidades. O movimento em tese encontrou nos conhecimentos produzidos pela psicologia subsídios para dar explicações científicas e escamotear as desigualdades sociais.

No âmbito da educação escolar, a influência da psicologia de caráter experimental, bem como biologia e a sociologia se destacavam no “novo” currículo das escolas normais. Para isso, foram criados laboratórios de psicologia, tradução de obras de autores estrangeiros comprometidos com a pedagogia nova, uma ciência que proporcionaria uma nova formação teórica e prática para os educadores. Temos então se, por um lado, a psicologia é chamada a atuar na educação escolar, por outro, por intermédio desse processo, a psicologia emerge enquanto ciência autônoma no Brasil.

Note-se que a esta altura, a elite brasileira pensava em um projeto de modernização do país, considerando que esse processo se articulava diretamente pela medicina e pela educação.

Dessa maneira, o cenário do país naquele momento se situaria,

No confronto com a ordem política estabelecida pelos interesses agrários, o ideário liberal constituiu a mais importante base teórica dos intelectuais e de outros membros das camadas médias descontentes com seu alijamento do poder e de suas benesses. Foi nessa condição e articulada a esses interesses que a Psicologia teve condições para se desenvolver. Ou ainda, pode-se dizer que a Psicologia que aqui se desenvolveu esteve

articulada a esses interesses e a um projeto específico de modernização do País (ANTUNES, 2012, p. 54).

Com as reformas educacionais que aconteceram no início do século XX, as escolas normais passaram a ter um papel fundamental para a consolidação da psicologia como uma ciência, foram nas escolas normais que a educação tomou a psicologia como a principal fonte para pensar um novo modelo de ensino (ANTUNES, 2012).

É importante aqui destacar que a psicologia dessa época atendia um caráter experimental, que se fortaleceu no Brasil, principalmente no início da terceira década do século XX, isso contribuiu para que a psicologia se distanciasse do campo da moral e da ética, que era mais ligada à filosofia, e se aproximasse dos campos da adaptação, da experimentação e da comprovação (FAGGION; BOARINI, 2018).

Nesse sentido, os testes psicométricos, que já vinham sendo utilizados na Europa e nos Estados Unidos, passaram a ser dispostos no Brasil como instrumentos de aferição da inteligência e desenvolvimento psicológico dos estudantes, bem como de racionalização da prática educativa. O uso de testes também se estenderia aos trabalhadores nas indústrias e no alistamento de soldados para o exército.

Para Medeiros e Albuquerque (1937, p. 60) as funções que os testes psicométricos exerciam na seleção de soldados durante a primeira grande guerra (primeira guerra mundial) tinha como objetivo:

Precisava-se achar um critério que descobrisse quaes os de intelligencia superior, para indical-os afim de occuparem postos de commando; descobrir tambem os que eram de intelligencia tão inferior, que só podiam servir a misteres inferiores; formar batalhões com uma certa uniformidade intellectual, onde isso fosse necessário; formar batalhões de intellectualidade superior, onde isso fosse exigido pela natureza dos serviços a executar; discriminar os que podiam servir para determinados misteres ou para receber ensino tecnico especial; indicar quaes os de intelligencia tão tarda, que, nas fileiras, pareceriam teimosos ou desobedientes, quando eram apenas estupidos, e finalmente excluir completamente os sub-normaes tão abaixo da normalidade que não tinham em que ser aproveitados.

A partir do fim da república velha em 1930, os testes psicométricos utilizados para a medição da inteligência foram difundidos e aplicados em larga escala, impulsionados pelas novas necessidades do ensino escolar. Nesse sentido, já nos anos de 1930 alguns pesquisadores apontavam que a psicomетria não mensurava apenas a inteligência, mas também as condições materiais e sociais de existência da criança. Para Antunes (2012, p. 54)

Nos anos 20, principalmente no bojo das reformas estaduais de ensino, essas escolas adotaram a Psicologia como uma das mais importantes bases científicas para reformar a educação. Nessa mesma época, são publicados os primeiros livros sobre testes, sendo que alguns desses autores estiveram ligados a essas reformas, como Isaías Alves e Lourenço Filho. De qualquer maneira, foi nessa época que se iniciou o movimento dos testes no Brasil, utilizados essencialmente como instrumentos de racionalização da prática educativa (a par com o movimento geral de racionalização, defendido principalmente como condição para a implementação e o desenvolvimento industrial), e que perdurou por décadas, apesar das críticas ao modo como foram utilizados.

As expectativas de um novo ideal de população brasileira esbarravam em inúmeras questões de ordem social, como o abandono da população de escravizados a própria sorte, a crescente urbanização nas grandes cidades, o aumento do fluxo de imigrantes, o combate às epidemias que nesse período elevaram drasticamente a taxa de mortalidade infantil e para uma grande parte da elite brasileira a expectativa racista de branqueamento da população (BONFIM, 2017).

É nesse pano de fundo que, se por um lado havia crescentes expectativas de um Brasil próspero e mais próximo das nações europeias, por outro, os inúmeros problemas e a enorme desigualdade social que a realidade brasileira enfrentava, fez com que vários pensadores se dedicassem a identificar a causa dos problemas brasileiros e propor meios para enfrentá-los (BONFIM, 2017).

Dentre as pessoas que tiveram influência no plano de modernização da nação brasileira estavam vários integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), criada no ano de 1923, na cidade do Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel.

Os estudos e cartilhas propostas por integrantes da LBHM, tinham como fundamento os ideais de higiene mental, incorporando ainda, em seu estatuto o ideário da eugenia, difundido no Brasil principalmente pelas ideias de Renato Kehl (GÓES, 2015).

Renato Ferraz Kehl (1889-1974), nasceu no interior de São Paulo em uma família de classe média, formou-se farmacêutico no ano de 1909 e já no ano seguinte ingressou no curso de medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Bonfim (2017, p. 114) descreve Renato Kehl da seguinte maneira:

Agora estudante de medicina, teve contato com ideias de grande repercussão no meio científico daquele período, como as teorias de Lamarck, Darwin, Spencer, Agassiz, Galton e Weismann, [...] dentre as diversas influências, a teoria de Galton, sobre o melhoramento humano, e as discussões sobre raça, hereditariedade, evolução e degeneração despertaram grande interesse no jovem Renato Kehl, marcando sua trajetória profissional, bem como sua atuação pública como militante em prol da eugenia, no âmbito das discussões em torno da saúde pública e da regeneração da população brasileira, tão em voga à época.

No artigo intitulado *A Psicologia pela lente de Renato Kehl* de Faggion e Boarini (2018), as autoras apresentam o cerne do pensamento de Renato Kehl: a Eugenia e seus princípios, baseados no melhoramento físico, moral e psíquico da “raça” humana e, conseqüentemente, de suas futuras gerações. De acordo com Bonfim (2017), o termo eugenia aparece pela primeira vez no ano de 1883, na obra, *“Inquiries into Human Faculty and its Development”* do inglês Francis Galton. A Eugenia, então, teve sua gênese e sistematização na Inglaterra, no final do século XIX, e logo foi disseminada para diversos outros países do mundo, como os Estados Unidos e o Brasil.

Bonfim (2017, p. 74-75) observa que:

Galton era meio-primo do naturalista Charles Darwin (1809-1882) e demonstrou grande entusiasmo pela teoria da seleção natural das espécies, apresentada na célebre obra *Origem das espécies*, publicada em 1859. A partir de então, iniciou pesquisas sobre a importância da variedade hereditária, na produção doméstica, e a sobrevivência dos mais aptos na “luta” pela vida, construindo as bases de sua ciência do melhoramento humano.

Ressalte-se que o movimento Eugenista no Brasil assumiu uma conformação única, marcado pelo encontro de perspectivas diferentes quanto a sua intervenção na sociedade e quanto a sua fundamentação teórica, como atenta Bonfim (2017, p. 25)

Esse Movimento constituiu-se, por um lado, sobre um terreno social e cultural ainda sensível às teorias racistas que, desde o final do século dezenove, divulgavam polêmicas interpretações acerca da nacionalidade brasileira, ideias geralmente preconceituosas pela conotação negativa que atribuíam à mestiçagem; por outro, sob o impacto da difusão das teorias de Lamarck, já há algum tempo conhecidas no meio intelectual brasileiro, e de Mendel, novidade no campo da hereditariedade que paulatinamente fazia adeptos no Brasil.

É importante aqui explicitar que os pensadores eugênicos no Brasil não constituíam um pensamento único acerca da eugenia, muitos colocavam a higiene e a educação como pontos centrais para o desenvolvimento eugênico, porém, vários eugenistas deslocavam o centro das discussões eugênicas para as raças e a hereditariedade, como explica Bonfim (2017, p. 166)

Nesse sentido, a eugenia brasileira cerca-se de uma inescapável imprecisão, sobretudo quando se trata de aquilatar a importância da higiene e da educação na consecução dos objetivos de melhoramento humano. Em busca de uma identidade para a ciência de Galton, diversos intelectuais brasileiros procuraram defini-la à luz de teorias que explicavam a transmissão de caracteres à descendência, de maneira a assentá-la em alicerces estritamente científicos. Entre neolamarckistas e mendelistas a identidade da nova ciência era constituída de forma polissêmica, sem consenso, ora realçando-se continuidades, ora enfatizando-se rupturas como práticas e propostas já há muito consolidadas entre médicos, políticos e educadores brasileiros.

Miguel Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina, no ano de 1928, proferiu um discurso no qual expôs a ideia do “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. Nesse discurso pode ser observado a vinculação do melhoramento eugênico da população com as questões educacionais, seguido de uma preocupação com a higiene mental explicitada pelo combate ao alcoolismo e outras ditas “toxicomanias” (BONFIM, 2017).

Para Mansanera e Silva (2000, p. 123),

Os psiquiatras acreditavam que o Brasil se degradava moral e socialmente por causa dos vícios, da ociosidade e da miscigenação racial do povo brasileiro. Assim, o alcoolismo tornou-se causa da pobreza e decadência moral, porque era mais encontrado nas camadas pobres da sociedade. A sífilis tornou-se atributo genético dos negros, por ser mais generalizada entre eles. A miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social, porque a população brasileira era miscigenada.

O Congresso Brasileiro de Eugenia teve na sua presidência e na secretaria geral dois dos principais pensadores da eugenia no Brasil, Renato Kehl e Roquette-Pinto, representando a diversidade do pensamento eugênico existente à época. Esses dois pensadores apresentavam uma divergência de pensamentos: Renato Kehl era adepto às ideias de inferioridade racial de mestiços, já Roquette-Pinto não identificava uma inferioridade na mestiçagem (BONFIM, 2017). Mesmo com essas divergências, ainda assim foram formados alguns consensos nesse congresso, como a ideia de que a biologia era a principal ciência para o entendimento da eugenia, e mais, pode-se afirmar que o escopo desse evento trouxe à tona o debate sobre raça, indivíduo e meio.

Nas palavras de Roquette-Pinto:

Há pessoas, no Congresso, para quem “Eugenia” é apenas um nome, em moda, de que se enfeita a velhíssima “higiene”. [...] Um dos contendores, por exemplo, fixa-se no ponto de vista “eugênico”; o outro se firma no lado “higiênico” de cada questão... É quanto basta para dar água pela barba do ilustre presidente das reuniões, o dr. Levi Carneiro, homem talhado, por múltiplas condições, para dirigir os trabalhos de uma reunião daquela natureza, onde se debatem problemas do maior alcance social, mas todos baseados na biologia, porque o Congresso não é de filosofia, de religião, de educação, de pedagogia - é de “Eugenia”. Eu mesmo, no posto sobremodo honroso que me colocou a confiança pessoal de Miguel Couto, procurei mostrar que é preciso não esquecer que a “higiene” procura melhorar o “meio” e o “indivíduo”; a “eugenia” procura melhorar a “estripe”, a “raça”, a “descendência” (ROQUETTE-PINTO, [1933] 1982, p. 70).

Segundo Mansanera e Silva no texto intitulado *A Influência das Ideias Higienistas no Desenvolvimento da Psicologia no Brasil* (2000), o movimento higienista e eugenista foi tão presente no Brasil que encontra-se na Constituição de

1934 em seu artigo 138, as seguintes incumbências para União, estados e municípios (Poletti, 2012, p. 136-137):

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a natalidade e a morbididade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

As ideias higienistas tiveram um enorme impacto em várias áreas no Brasil, como por exemplo, na medicina, nas políticas públicas, no direito, nas artes e sobretudo na construção do sistema de ensino público brasileiro. Para Faggion e Boarini (2018), no início do século XX, a busca pela superação dos problemas sociais que acometiam a população brasileira fez com que vários membros ativos da LBHM se dedicassem aos estudos e propostas no campo da educação e da psicologia, entendendo que ao buscarem um “ajustamento social”, os conhecimentos produzidos nessas áreas poderiam levá-los a esse objetivo.

Mansanera e Silva (2000, p. 122) registram os princípios norteadores da Liga, trazendo as ideias desse pensamento que se apresenta nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, que seriam:

- a) prevenção das doenças nervosas e mentais pela observância dos princípios da higiene geral e, em especial, do sistema nervoso;
- b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentais passíveis de internação;
- c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles;
- d) realização de um programa de higiene mental e de eugenia no domínio das atividades individuais, escolares, profissionais e sociais.

Para os higienistas, a escola, além de estar a serviço da transmissão do conhecimento, também deveria formar alunos adequados socialmente, tomando a criança como um campo de ação promissor para as desejadas adequações. Segundo Mansanera e Silva (2000, P. 124),

Era difundida a ideia de que o sistema educacional deveria aplicar os conhecimentos da Psicologia no tocante à mensuração e à verificação da capacidade mental do aluno, para que este pudesse ser mais bem atendido e melhorasse o seu rendimento escolar. Diante disso, os laboratórios de Psicologia eram muito úteis à educação, assim como os laboratórios médicos o eram para o clínico.

Na busca de se evitar as personalidades “desequilibradas” os higienistas viam na criança a possibilidade da instalação de hábitos “sadios”, intervindo na formação do psiquismo, atuando de maneira preventiva. Nesse sentido, os testes psicométricos foram difundidos e utilizados para uma mensuração e verificação da capacidade mental dos alunos, buscando assim, no atendimento a esses alunos e, conseqüentemente, os resultados desse trabalho higienista conquistaria os melhores frutos no espaço escolar, com a atuação em conjunto dos laboratórios de psicologia e dos professores. Mansanera e Silva (2000, p.125) ressaltam que,

Nessa época, o sistema de ensino, buscando a "escola nova", acolheu iniciativas favoráveis à utilização de testes mentais nas escolas. O teste mais relevante naquele momento era o de Binet-Terman, que media o nível de inteligência intelectual do aluno. Os testes eram importantes para criar uma escala de nível mental que auxiliaria na seleção dos alunos de diversas idades, servindo para a formação de classes homogêneas do ponto de vista intelectual, pois não seria possível submeter ao mesmo plano de aula alunos de capacidade mental diversa.

Os Higienistas também questionavam se era válido os esforços empreendidos para uma educação de crianças denominadas como “alunos-problemas”, os “alunos com dificuldade de aprendizagem”, os “alunos lerdinhos”, dentre outros (MANSANERA; SILVA, 2000).

De maneira geral, percebe-se, que os ideais eugenistas no Brasil não tiveram a adesão que a LBHM esperava. Mas, é possível afirmar que houve uma influência a ser considerada na cultura social. Por isso, é importante trazer à tona o pensamento eugênico que começou a circular no Brasil nos anos de 1920 e 1930. Vimos com frequência, seja por desconhecimento, ou por ignorância, uma negação das práticas e ideias eugênicas que se perpetuaram no Brasil, trazendo efeitos e danos consideráveis na formação da identidade do povo brasileiro. Nesse sentido, quando observamos a história da educação em conjunto com a história da psicologia no Brasil, percebemos que os estudos e pesquisas realizados acerca da penetração e desenvolvimento das teorias e práticas eugenistas mostram como os princípios da eugenia e da higiene que se fizeram presentes na educação escolar, especialmente nas décadas de 1920 e 1930.

Conforme aponta Souza (2016), associar a “eugenia latina” a um modelo mais brando do ideal eugênico, pode ocultar a grande adesão de pesquisadores brasileiros ao racismo científico e aos programas radicais de intervenção eugênica, programas como esterilização eugênica e políticas de segregação racial. Com isso, não se

pretende, aqui, desconsiderar as especificidades e peculiaridades do pensamento eugenista, tanto na América Latina, quanto no Brasil. Souza (2016, p. 96) destaca ainda que,

Na América Latina, o Brasil não apenas foi o país que primeiro desenvolveu seu movimento eugênico, como também foi o que reuniu o maior número de adeptos e o que mais sucesso teve no processo de institucionalização da eugenia. Basta lembrar que a primeira sociedade eugênica criada pelos brasileiros, a Sociedade Eugênica de São Paulo, foi fundada ainda nos anos 1910 e contou com nada menos que 140 membros, a maioria formada pela elite médica do país. Entre os seus integrantes estavam figuras prestigiadas como Afrânio Peixoto, Arthur Neiva, Juliano Moreira, Antonio Austregésilo, Fernando Azevedo e Belisário Penna, além de escritores como Monteiro Lobato e o influente senador Alfredo Ellis.

Essas peculiaridades apresentadas foram e de certa forma ainda são sobrepostas por uma visão de atuação do pensamento eugênico unicamente ou majoritariamente europeu. Stepan (2005, p. 10) escreve que,

O histórico desinteresse pela eugenia na América latina é parte, claro, do desinteresse mais geral pela história da vida intelectual e cultural de uma região que costuma ser apresentada, seja como afastada da corrente dominante de pensamento, seja como não mais que pálido reflexo do pensamento europeu. A inclinação europeia da história das ideias é bem conhecida, mas ela é particularmente forte na ciência. Quando não totalmente ignorada, a América Latina é tratada não como contribuidora, mas como consumidora de idéias - e uma consumidora bastante passiva.

Os preceitos higienistas e eugênicos se fizeram presentes em vários âmbitos e até mesmo na Constituição Brasileira, como já mencionado. Vimos que as ideias do pensamento eugenista e higienista no Brasil penetraram na educação, e nesse sentido, é importante examinar como isso aconteceu em uma determinada época.

No início do século XX acompanhamos o movimento de intelectuais e pertencentes da “elite” pensando e formulando um ideal de população e de identidade brasileira. Esse ideal de povo, como foi dito, passava necessariamente pela medicina e também pela educação.

Por intermédio da pedagogia nova, que se espalhou no ensino público brasileiro nas décadas de 1920 e 1930, vimos que a psicologia atuou na educação, principalmente na formação de professores nas escolas normais da época, abastecida pelos testes psicológicos realizados nos laboratórios construídos nas escolas normais, influenciados sobretudo pela pedagogia nova. Essa nova pedagogia, amparada no pensamento liberal, tentou aproximar ao máximo as salas de aula dos laboratórios e se utilizou do amparo científico da psicologia para realizar várias transformações no sistema educacional do brasileiro.

No processo de autonomização e consolidação da educação escolar no Brasil nota-se uma presença do movimento higienista e eugenista. Na verdade, esses movimentos atuaram concretamente, apoiados por médicos e sanitaristas, tendo espaço e influência na psicologia brasileira e, por consequência, na educação escolar.

1.1 - OS ALVOS DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL: A INFÂNCIA, O EDUCADOR E A ESCOLA

A higienização mental em prol da manutenção da ordem social foi uma das principais frentes de atuação da Liga Brasileira de Higiene Mental junto à educação no Brasil. Os higienistas defendiam a importância da prevenção de possíveis “desvios” que pudessem ser desenvolvidos ainda na infância, e, se desenvolvidos, deveriam ser contidos para não se proliferarem, e era exatamente nessa fase crítica da formação do indivíduo que a higienização mental deveria atuar (WANDERBROOCK, 2007).

A LBHM via a infância como um campo de atuação crucial para o futuro da nação brasileira, entendendo que a atuação da higiene mental nesse período poderia prevenir a formação de futuros perfis “críticos”, “degenerados”, ou ainda “não adaptados”, dentre várias outras denominações.

Wanderbroock Junior (2007, p.119-120) observa que,

[...] a Liga não negligenciava, de forma alguma, a crise pela qual o país passava naquele momento. Mais que voltar os olhos para o presente, a Liga estava atenta para o futuro. Sua meta era prevenir a “Pátria” de futuros “agitadores sociais”, hoje escondidos atrás da infância, que precisava ser submetida ao rigoroso procedimento de aplicação da higiene mental.

Esse foco na infância e, conseqüentemente na escola, tem entre várias motivações, a dificuldade e até a impossibilidade de ação sobre indivíduos já formados. Em outros campos de atuação da higiene mental não era possível o êxito esperado, como a escola poderia proporcionar. No exército, nas fábricas, bem como os imigrantes e trabalhadores, por serem adultos, suas “degenerações” aos olhos dos higienistas não poderiam ser revertidas.

É importante salientar aqui que uma parcela de integrantes da liga defendia que os indivíduos que se enquadravam como “perfis críticos” deveriam ser esterilizados para a não proliferação de seus desvios. Diga-se de passagem, essa vertente não era hegemônica dentro da liga, mas era defendida por participantes de muita importância como por exemplo, Renato Kehl (WANDERBROOCK, 2007).

A LBHM tinha um tratamento diferenciado em relação à criança e ao adulto, um olhar particular para com a infância, essa distinção não é algo que sempre esteve posto na sociedade, Miranda (1984, p. 126) disserta que:

Anteriormente à sociedade industrial, a duração da infância se limitava à tenra idade em que ela necessitava dos cuidados físicos para a sua sobrevivência. Logo que este desenvolvimento físico fosse assegurado (aproximadamente aos sete anos, segundo Airès), a criança passava a conviver diretamente com os adultos, compartilhando do trabalho e dos jogos, em todos os momentos. A aprendizagem de valores e costumes se dava a partir do contato com os adultos: a criança aprendia ajudando os mais velhos. Logo, a socialização acontecia no convívio com a sociedade, não sendo determinada ou controlada pela unidade familiar.

Sustentando uma marcante diferença entre a criança e o adulto, a LBHM poderia então, conformar uma diferença entre os resultados trazidos pela higiene mental na criança e no adulto. Assim, a higiene mental observava em sua atuação poderia ser ampliada nas fábricas, no exército e nos imigrantes, e mais, os higienistas poderiam ganhar novas possibilidades ao atuarem nas escolas, tendo como alvo as crianças.

No início do século XX uma grande parte das crianças e adultos no Brasil eram analfabetos, a LBHM se dedicou a essa problemática entendendo que crianças analfabetas não poderiam compreender os princípios das doutrinas defendidas pela Liga. Porém, não era somente na atuação junto a alfabetização que a LBHM se fazia presente na educação, havia por parte da Liga promover ações voltadas para “educar” os hábitos e práticas exercidas pelos alunos (WANDERBROOCK, 2007.)

Em busca dessa maior eficiência de atuação a LBHM tinha na escola um alvo perfeito para suas intervenções. Era na escola que as crianças se reuniam em maior número (motivo para a busca da universalização do ensino defendida pela liga), e também era o local onde as crianças passavam um tempo suficiente para serem estudadas, analisadas e testadas.

O olhar da LBHM para a escola e para o ensino de uma forma geral deixava evidente o caráter natural e biológico que esses espaços eram enxergados. Não tomar a escola como um espaço sujeito às determinações históricas servia muito bem ao discurso de individualização dos sujeitos e também a ideia de que os alunos deveriam se adaptar às condições já postas naturalmente.

Wanderbroock Junior (2007, p.126) evidencia que,

[...] o aluno deixava de ser um sujeito para transformar-se diretamente num organismo natural, cuja finalidade consistia exclusivamente em adaptar-se ao meio. O fator de maior importância no campo da educação, para a Liga, era o psicológico, já que seria o mecanismo por meio do qual a adaptação da criança seria garantida.

Crianças adaptadas era o que se pretendia, e essa adaptação deveria atender uma parcela específica da população, essa adaptação deveria tornar essas crianças os adultos “civilizados” em um futuro próximo, que não se revoltavam com as estruturas e relações já postas “naturalmente”, adultos que ao contrário de várias mulheres e homens que historicamente se revoltavam e lutavam contra as opressões existentes no Brasil, passassem a somente se adaptar a estas opressões.

Ainda sobre o ideal de civilização defendido e buscado pela LBHM Wanderbroock Junior (2007, p.127) lembra que.

Em se tratando de uma civilização burguesa, não é difícil imaginar quais seriam esses “elementos essenciais”. As ruas precisavam ser limpas, a produção garantida e a ordem conservada. Crianças nas escolas, higiene nas mentes. Essa era a receita que a Liga esperava conquistar. Se a civilização dependia de crianças sadias, os exames informariam quais delas atenderiam às exigências civilizatórias ou aos “elementos essenciais”.

A LBHM, em conjunto com o movimento escolanovista, defendia a universalização do ensino, no intuito de que a escola recebesse o maior número de alunos possíveis e que esse grande número de alunos estivesse em contato com as cartilhas defendidas pela liga.

Wanderbroock Junior (2007, p 127-128) destaca que a discussão sobre uma escola pública, obrigatória e gratuita estava muito presente nesse período e que,

Essa “cruzada” se intensificou sobretudo a partir da década de 20, com as reformas estaduais do ensino e “[...] culminou no lançamento do ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’, em 1932, assinado por 25 educadores, entre eles Antônio de Sampaio Doria, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Paschoal Leme e Cecília Meirelles” (FÁVARO, 2000, p. 53).

A estratégia da liga para alcançar uma depuração social era composta de diversas táticas e a que ganhou uma grande importância foi a de atuação nas escolas, medindo, classificando e selecionando crianças para que as consideradas não aptas pudessem ser identificadas e contidas socialmente.

Raul Jobim Bittencourt que ocupou o cargo de vice-presidente da LBHM defendia uma ideia de sanidade mental definida pela capacidade de adaptação do indivíduo ao meio. Segundo Bittencourt (1941, p. 32),

[...] é são mentalmente o que melhor se adapta às circunstâncias perenemente modificadas do ambiente, o que mais eficazmente reage a essas mutações, conseguindo vencer momento a momento os conflitos e impasses da vida, que, além do aspecto meramente biológico, de nutrição e reprodução, apresenta, no homem, as formas complexas de problemas sociais e morais.

Dessa forma, para os integrantes da LBHM, a busca de uma organização e controle da saúde mental e física dos escolares, passava necessariamente por tornar os alunos adaptados ao meio em que estavam inseridos, e essa adaptação tinha como norte a contenção, a ordem social.

Para que se tornasse possível o projeto de intervenção da liga nas escolas era preciso a construção de uma ponte entre os ideais higienistas e as crianças a serem influenciadas. Os educadores, que eram os profissionais que tinham o contato direto com as crianças, foram vistos como a possível via de transmissão do ideário higienista.

Porém, para uma atuação eficaz sobre as crianças, esses educadores deveriam ser formados e preparados, tanto para conhecer as características das crianças as quais se pretendia intervir como também para conhecer as ferramentas de intervenção.

Wanderbroock Junior (2007, p. 132-133) disserta sobre a importância dada ao papel do educador pela LBHM,

Para que pudesse exercer alguma influência na criança, o educador deveria conhecê-la com profundidade. Mais que isso, deveria conhecer os próprios meios de influir. Esses cuidados revelam como a Liga estava realmente preocupada em inocular nas crianças seu ideário. Estava em jogo nada mais que o futuro da Nação. Por isso, toda operação de influência deveria obter precisão cirúrgica. O educador não era somente um transmissor de conhecimento, ele era o astro por meio do qual a moral da Liga poderia reluzir no espaço mental das crianças.

Ainda sobre a liga e os educadores, Wanderbroock Junior (2007, p. 133, 134) continua,

[...] todo um estudo foi desenvolvido a fim de entender melhor como o educador poderia influir decisivamente na formação moral da criança. Educar a criança era, pois, inocular o ideário higienista. Educação e profilaxia se confundiam. Olinto (1934, p. 122) sentenciou que “[...] a verdadeira prophylaxia mental infantil, a verdadeira eugenia, resume-se em educar”.

A educação pretendida pela LBHM tinha objetivos específicos que passavam por uma felicidade pessoal e também pela “utilidade social” das crianças. Essa felicidade e utilidade social das crianças pode ser compreendida como um preparo

para o trabalho. Olinto (1934, p. 122), que foi presidente de uma seção de Psicologia aplicada da LBHM, escreve que: “[...] a felicidade está em almejar pouco e trabalhar muito”.

Goés (2015, p. 161-162) reafirma a importância dada pelos integrantes da liga aos educadores na busca de uma educação higiênica ou eugenismo,

[...] vemos a preocupação com a realização de uma cidadania plena e de um “tipo” de trabalhador moldado pela educação higiênica, ou seja, pelo eugenismo. Daí a responsabilidade dos professores na tarefa de educar os indivíduos, ou seja, de escolas públicas ou privadas, a tarefa de educar os indivíduos, não importando a classe, idade e sexo, em relação à saúde e aos cuidados higiênicos. Ele arremata sua argumentação asseverando a importância da “regeneração racial”, pois torna-se necessário ampliá-la em seus propósitos “melhoristas de orientar os indivíduos, não só para o bem deles próprios como para a sociedade, acrescentando a educação eugênica”. (KEHL, L.D.E., 1929, p. 207).

Era da escola que os futuros trabalhadores do país iriam sair, e também na escola que esses futuros trabalhadores poderiam ser investigados, triados e selecionados da forma mais eficiente. Para isso, a LBHM usou como instrumento os testes psicológicos, que investigariam o intelecto das crianças possibilitando a escola homogeneizar as classes e identificar aqueles que no futuro não teriam uma “utilidade social”.

A LBHM passa então a formar os educadores para a utilização dos testes. Wanderbroock Junior (2007, p. 135) mostra que:

A meta, portanto, era preparar também os professores para que eles mesmos pudessem aferir o nível de capacidade dos alunos. Assim, “[...] contávamos formar núcleos de mestres que, finalmente, difundiriam o novo método de verificação didáctica” (BOMFIM, 1928, p. 05). A manutenção dos testes e das salas homogêneas seria garantida também pelos professores, agora preparados para selecionar o padrão intelectual dos alunos por meio dos testes.

Com as diversas reformas educacionais acontecendo no Brasil, a ideia de uma escola universal ganhava força, as escolas deveriam atender a todas as crianças, diferentemente do ensino no passado que atendia apenas uma parte específica da população.

Porém, esse ensino universal, para alguns integrantes da liga, não deveria ser tão “universal” assim. Nesse contexto, a LBHM buscou a implementação de uma espécie de “peneira” que faria a triagem dos estudantes ainda na pré-escola, selecionando as crianças “normais”, a quem a escola deveria atender, das “anormais”, as que não deveriam ter acesso às escolas. Era um temor dentre os integrantes da

LBHM que a higiene mental não fizesse efeito nas crianças ditas “anormais” e, por isso, era necessária uma seleção das crianças antes de entrarem nas escolas.

A grande maioria dos educadores não estavam preparados para a aplicação e utilização dos testes nas escolas e isso inviabilizava os planos de atuação da LBHM. Wanderbroock Junior (2007, p. 138) salienta que a atuação do educador segundo a Liga,

[...] que não somente seu ideário fosse propagado, mas sua própria atuação fosse garantida nas escolas. Incapazes de aplicar os testes, em sua maioria os professores deveriam conviver com a idéia de que era necessária a participação de um “novo educador”: os especialistas.

Os “novos educadores”, pretendidos pela LBHM, seriam o aporte técnico e especializado das escolas. Os educadores “comuns” deveriam, para um melhor desempenho, consultar os especialistas sobre sua atuação, estes selecionavam como, e o que os educadores deveriam trabalhar nas escolas.

Os objetivos desses especialistas nas escolas, passava por uma seleção e investigação das crianças através dos testes psicológicos, esses testes analisados e aplicados por especialistas construiriam o perfil da criança, assim era possível observar e avaliar os processos de adaptação de cada educando, visando a uma profissão no futuro.

A ambição de intervenção social da liga não era restrita exclusivamente à escola, mas foi povoando a escola com seus especialistas que possibilitaram a ampliação da intervenção para outros espaços. Wanderbroock Junior (2007, p. 140) chama a atenção de que, na verdade, a escola serviu de vitrine, que projetou o pensamento da “seleção” da liga para a sociedade:

[...] a Liga esperava que a seleção não se reduzisse à escola, senão que deveria desdobrar-se para todos os domínios “coletivos”. Mas, para que isso fosse possível, era preciso encontrar um critério de seleção social e um padrão a seguir. O critério foi a “inteligência” e o padrão a “normalidade”.

Na busca de estabelecer um padrão de normalidade que servisse como parâmetro para a “peneira social” no ingresso das crianças na escola, a LBHM precisou pensar também em qual seria o critério a ser mensurado para o estabelecimento desse padrão, um critério que permitisse uma medição em todas as crianças.

Wanderbroock Junior (2007, p. 141), ao abordar sobre os processos que constituíam a seleção de crianças pelo padrão de inteligência, destaca que,

Tendo-se em conta que a inteligência era algo inato, era preciso encontrar um padrão natural para ela. Como sua “curva de crescimento” não variava muito depois dos 16 anos, seria melhor estudar esse fenômeno antes dessa idade, de preferência na infância, quando a inteligência ainda estava se desenvolvendo - mesmo porque eram as crianças que seriam selecionadas segundo esse padrão.

Os testes psicológicos já eram utilizados em vários países pelo mundo para a obtenção de um padrão de inteligência. A Escala Binet-Simon era a mais conhecida e utilizada da época e foram esses testes que a LBHM dedicou seus esforços para a validação e utilização nas escolas do Brasil. Segundo Wanderbroock Junior (2007, p. 141, 142),

A importância do teste Binet nesse processo foi decisiva. Primeiro porque se tratava de um teste que definia a “[...] escala média de inteligência normal” (LOPES, 1931, p. 24). Segundo porque era um teste que já gozava de excepcional reputação no mundo inteiro, sendo necessário apenas validá-lo no Brasil. E a Liga não perdeu tempo. Nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental de 1931, Lopes (1931, p. 17-52; 1931a, p. 97-132; 1931b, p. 180-207), apresentou três propostas de “[...] subsídios para a adaptação brasileira dos tests de Binet-Terman”.

Um destacado integrante da liga Henrique de Britto Belford Roxo escreveu também sobre os testes de Binet-Simon: “[...] a selecção psychophysiologica dos escolares attingiu nos Estados Unidos a um grande desenvolvimento e lá os testes de Binet-Simon, muito utilizados, são mais conhecidos que no seu proprio paiz de origem” (ROXO, 1925, p.06).

A homogeneização pretendida pela LBHM não tinha como objetivo apenas uma classificação e separação dos alunos para ingressarem ou não nas escolas, tinha também o objetivo de uma separação dos alunos dentro das escolas.

Dividir as classes escolares no intuito de torná-las homogêneas foi uma ideia defendida pela LBHM. Para a Liga, os alunos que tivessem um desempenho superior, quando submetidos aos testes, deveriam ficar em classes separadas daqueles que tivessem um desempenho inferior, isso era visto como uma forma de prevenir que os alunos com desempenho fraco pudessem “perverter” o intelecto daqueles mais avançados.

É importante salientar que essa ideia de separação defendida pela LBHM não era apoiada somente na ideia de quem tivesse um desempenho superior mereceria uma educação diferenciada. A separação aqui era fundamentada também por uma

concepção higienista de um cuidado profilático com aqueles que seriam o futuro da nação (WANDERBROOCK, 2007).

Sobre o critério, que foi a “inteligência, e o padrão, que era a normalidade, Wanderbroock Junior (2007, p. 145-146), escreve que a LBHM deveria,

[...] descobrir a “inteligência brasileira”, para poder dividir a escola e homogeneizar as classes. Os testes tornam-se assim cruciais na definição dessa medida e desse padrão. Tinham o objetivo de informar acerca das diferenças dos alunos. A Liga afirmava que “[...] conhecer é unicamente perceber diferenças e semelhanças” (PENAFIEL, 1925, p. 18). Mas as diferenças em que a ela estava interessada não era de ordem social. Não eram diferenças de classe e de posições ante os meios de produzir as riquezas, mas sim, diferenças individuais e supostamente naturais, inatas. A dimensão técnica dos testes limitava a avaliação a questões preestabelecidas, ignorando, por assim dizer, o acesso ao acúmulo de cultura produzido pela humanidade. Desde que estivesse abaixo dos padrões estabelecidos pelos testes, a criança não mereceria outro título que não o de retardada, anormal, fraca, menos desenvolvida ou inferior – títulos esses que os testes tinham a função de informar.

As crianças que tinham sua inteligência, medida pelos testes, considerada normal possuíam ingresso para a escola garantido, porém a LBHM pensou outro destino para aquelas que não alcançavam esse padrão de normalidade.

Preocupados com o contingente de crianças que poderiam ocupar as ruas e mais ainda, com a ocupação das escolas por crianças não aptas, a LBHM voltou a sua atenção para a elaboração de uma espécie de escola alternativa, onde ela poderia, quando possível, reverter, recuperar e reabilitar o intelecto dos considerados anormais:

[...] uma das preocupações da Liga também era a de tentar recuperar os “retardados” e reabilitar os de “mau caráter” por intermédio das escolas especiais. A escola especial seria o locus dessa realidade, já que na escola comum os mais atrasados poderiam ser responsáveis pelo atraso dos demais; e o atraso escolar era o vilão que a Liga queria combater (WANDERBROOCK, 2007, p. 149).

Desta maneira, a LBHM garantia que as crianças “aptas” e “normais” teriam uma educação sem a interferência ou atraso das que não atingiam, segundo os testes aplicados nas escolas, um nível de inteligência satisfatório. Era a sonhada “educação sob medida”.

A LBHM tinha o monopólio da seleção de quem merecia ou não uma educação “normal” ao mesmo tempo em que também ditava qual seria o tipo de educação dos considerados “anormais”. Em outras palavras, controlava quem seriam os futuros trabalhadores que atuariam em postos considerados de trabalhos intelectuais e

também quem seriam aqueles que com um intelecto não satisfatório iriam futuramente atuar como trabalhadores braçais.

Em sua atuação sobre vários âmbitos da sociedade brasileira, vimos que a LBHM teve como um de seus principais alvos as crianças e a educação escolar. Por tomar a infância como um período crucial para a formação do caráter e do intelecto, as ingerências da liga nas escolas aconteceram de variadas maneiras. Destaco aqui a penetração dos ideais da LBHM nas ações do Estado brasileiro referentes à educação.

Com o olhar voltado para a construção de um futuro no qual o Brasil seria um país desenvolvido era necessário preparar os cidadãos que contribuiriam para o crescimento econômico, a prosperidade da nação. Estes, que seriam “cidadãos de bem”, deveriam ser selecionados ainda na infância para que através de uma “educação sob medida” pudessem desenvolver todo o seu potencial intelectual, moral e físico. Nessa perspectiva a criança, diferentemente do adulto, poderia ser moldada nos padrões que os integrantes da LBHM desejavam, por intermédio da educação escolar.

Encoberto pelo jargão de “Uma Escola Para Todos”, as pretensões da LBHM não eram coincidentes com essa ideia. Na verdade, a escola defendida pela LBHM possuía uma separação bem definida, onde o ensino normal, para os “fortes”, não se misturava com o ensino especial, que seria para os “fracos”.

Era na escola que os futuros trabalhadores do Brasil seriam formados, portanto, era ali que iriam selecionar a “utilidade social” de cada criança. A escola foi o espaço onde a LBHM teria a oportunidade de observar e estudar a criança, sendo assim, a inserção de seus ideais nesse espaço era fundamental, por isso a necessidade de que alfabetização atingisse o maior número possível de crianças. Somente crianças alfabetizadas poderiam assimilar os valores defendidos pela LBHM.

A forma de seleção escolhida pela LBHM fazia parecer que se tratava de um processo puramente científico e meritocrático, entretanto, na prática, os testes psicológicos utilizados reforçavam estereótipos e preconceitos contra determinados grupos sociais e, ao mesmo tempo, privilegiava outra parcela da sociedade.

Dessa maneira, com discurso fundamentado na ciência, associado a meritocracia, um dos pilares do pensamento liberal, a LBHM sustentava a ideia de homogeneização das classes escolares, com o intuito de fornecer a melhor educação para os “melhores” estudantes. Com a influência que a LBHM tinha junto ao poder

público na época, uma boa parte das ideias defendidas por seus integrantes acabaram fazendo parte das ações governamentais, principalmente com as reformas educacionais do início do século XX e com a difusão das ideias escolanovistas no ensino público do Brasil.

Os profissionais da educação foram separados em dois tipos: aqueles que seriam os especialistas, responsáveis pela aplicação e análise de testes psicológicos, e os demais, aqueles que deveriam consultar os especialistas sobre como e o que ensinar nas escolas.

Nesse período de reformas educacionais implementadas em vários Estados brasileiros, é importante observar como a medicina passou a influenciar as visões pedagógicas que seriam aplicadas no ensino. O olhar médico para as questões educacionais se infiltra no ensino público brasileiro através de um pensamento higienista e eugenista. A escola se converteria em um espaço de intervenção médico-sanitária, visando preparar as crianças para o futuro, transformando-as em homens e mulheres sem vícios, sem patologias: o homem adaptado.

Como já foi mencionado, os higienistas no Brasil tinham grande influência do pensamento eugenista, apesar dessa influência revelar-se de diferentes formas, podemos ver que a “depuração racial” foi uma das grandes problemáticas que a LBHM se propôs a resolver através da higiene.

É importante aqui destacar que a ideia de educação defendida por parte dos integrantes da LBHM não envolvia somente os cuidados com a saúde, envolvia também cuidados com as relações sexuais e, ainda, com o casamento, visando a realização de bons “cruzamentos” no intuito de que não seja realizada a união entre eugênicos (indivíduos desejados) e disgênicos (indivíduos não desejados) (GOÉS, 2015).

Desta forma, as intenções da LBHM são explícitas em relação ao ensino, era desejado uma educação capaz de transformar e manter pessoas adaptadas. Adaptadas às leis, aos costumes, às desigualdades e ao ideário defendido pela elite que tentava tomar para si a estruturação do país.

As elites e o poder público estão historicamente entrelaçados na formulação de diretrizes educacionais e científicas no Brasil. Observamos como a estrutura social brasileira alicerçou a entrada de teorias científicas, como as já citadas eugenia e higienismo, mesmo que essas não dessem conta da resolução dos inúmeros conflitos existentes no país. Pela influência, ideologia e atuação de integrantes da elite

econômica brasileira, as políticas públicas educacionais foram modificadas e adaptadas para se enquadrarem em um ideal de povo e de nação absolutamente divergente da grande maioria da população.

Não busco aqui definir como unicamente uma questão moral dos que tiveram atuação nesse processo, a realidade concreta dos atores envolvidos no espalhamento e utilização desse ideário mostra como sua classe foi bastante privilegiada com as ações envolvendo a valorização de um determinado grupo social (brancos) em detrimento de outros grupos sociais (não brancos).

A classe econômica dominante à época, assim como atualmente, era também quem controlava os rumos da política, reconhecendo, aqui, as diversas tensões e contradições existentes nesse processo. Sendo assim, a fim de desvelarmos a aparência e na busca de investigar a realidade concreta deste objeto de pesquisa em suas contradições, questionamos: as pequenas mudanças nas classes dominantes no Brasil desde o início do século XX até os dias atuais refletiram em ajustes e mudanças nas Políticas Públicas Educacionais? Os grupos sociais historicamente marginalizados no Brasil passaram a ser pensados e incluídos em projetos para o futuro da nação? A teorização científica educacional dos dias atuais ainda busca atender a determinados grupos socialmente privilegiados?

Vimos como a Liga Brasileira de higiene mental, atuando em conjunto com o poder público, foi capaz de construir um ensino que atendesse aos seus interesses através de uma contenção social. E essa contenção social não era uma ação visando unicamente o presente da sociedade, era uma ação visando também o futuro, pois, eram das escolas que saíam os futuros trabalhadores do Brasil, a escola funcionou como um locus de investigação e atuação da LBHM, um espaço para o desenvolvimento de seus estudos e apostas para as gerações subsequentes. E esse futuro povo e futura nação, na concepção eugenista, só seriam prósperos se fossem apartados da herança genética e cultural negra que aqui no Brasil havia se estabelecido.

Buscando entender em qual medida o entrelaçamento entre as elites econômicas do Brasil, a educação e os ideários eugenistas/higienistas se deu e ainda se dá, no capítulo 2 discutiremos, sob a ótica do materialismo histórico dialético, a atuação desses agentes na formulação do sistema educacional brasileiro, buscando apreender as particularidades que envolvem a educação no Brasil, a formação social

da nação e as questões raciais que ainda nos dias de hoje são determinantes tanto dentro quanto fora das escolas.

2 - EUGENIA E HIGIENISMO NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: reflexões teórico-metodológicas a partir do materialismo histórico e dialético.

A década de 1920 foi marcada por um período de intensas transformações sociais e políticas no Brasil e no mundo. O país estava em pleno processo de modernização e urbanização, impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico. Uma elite intelectual brasileira buscava formas de consolidar a identidade nacional e modernizar as estruturas educacionais, como parte da agenda de desenvolvimento do país.

Nesse contexto, as ideias eugenistas e higienistas ganharam espaço e força para uma atuação na educação brasileira. Seguindo a ideia de que a melhoria da saúde e da educação da população estava intimamente relacionada, e que a educação deveria ser direcionada para a formação de uma sociedade saudável e produtiva. A influência desse ideário na educação brasileira foi significativa, e muitas das políticas pedagógicas implementadas na década de 1920 foram moldadas e influenciadas por conceitos eugenistas e higienistas.

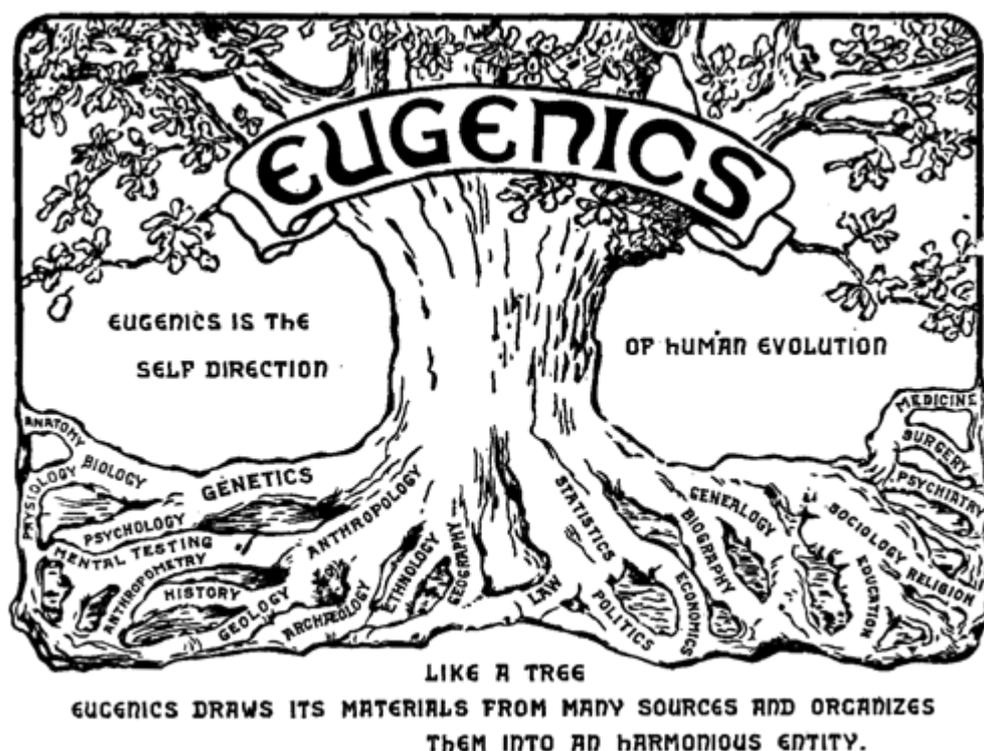
É importante aqui destacar que o entendimento do movimento eugenista no Brasil não pode ser baseado em um bloco unitário ou ideias nem sempre convergentes, Rocha (2010) descreve algumas questões que devem ser consideradas ao analisarmos o movimento eugenista no Brasil:

- a) primeiro, entender que na primeira metade do século XX, o movimento eugenista aconteceu juntamente com o movimento higienista;
- b) segundo, considerar que, o pensamento dos intelectuais da época não era homogêneo, ou seja, acreditavam na eugenia, mas esta crença partia de teorias científicas diferenciadas baseadas, principalmente, no neolamarckismo e no mendelismo, além de serem baseadas em diversas outras teorias da hereditariedade;
- c) terceiro, que este movimento também foi caracterizado por crenças diferentes quanto ao fator de degeneração do povo brasileiro, enquanto uns acreditavam que o fator era racial, outros acreditavam que o fator era social, ou seja, de saneamento e de saúde pública; e o quarto, considerar a relação existente entre raça e identidade nacional.

A ciência eugênica foi amplamente difundida em diversos países pelo mundo, se valendo de áreas do conhecimento humano, conseguiu se entrelaçar profundamente com algumas dessas áreas no Brasil. Bonfim (2017, p.92) apresenta na Figura 01 a imagem que ilustrou o Segundo Congresso Internacional de Eugenia que aconteceu em setembro de 1921, no Museu Americano de História Natural, em Nova York. É possível interpretar as diversas áreas do conhecimento humano,

representadas por raízes, dando sustentação à “árvore da eugenia”. Dentre essas raízes estão a História, a Psicologia, a Estatística, a Medicina e também a educação.

Figura 1 - Árvore da Eugenia.



Fonte: Bonfim (2017)

Eric Hobsbawm (2001), sobre as diversas formas que o movimento eugênico se expressou pelo mundo, escreveu que:

[...] essencialmente, um movimento político, em sua esmagadora maioria composto por membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana. Os eugenistas extremistas acreditavam que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas apenas através da melhoria genética da espécie humana – por meio da concentração e do incentivo às estirpes humanas de valor (em geral identificadas à burguesia ou às raças adequadamente coloridas, como a “nórdica”), e da eliminação das indesejáveis (em geral identificadas aos pobres, colonizados ou estrangeiros impopulares). Os eugenistas menos extremistas deixavam alguma margem às reformas sociais, à educação e às mudanças ambientais em geral [...].

Não podemos aqui, em nossa visão, deixar que essa não coesão de vertentes do movimento eugênico brasileiro abra espaço para a interpretação de que a eugenia no Brasil foi mais branda, ou que os eugenistas que tiveram bastante influência por aqui não foram os eugenistas radicais e por isso não podemos atribuir várias influências a esse ideário eugênico. Apesar de não ser constituído de forma

homogenia o pensamento eugênico no Brasil foi integralmente racista e inteiramente ligado a continuidade do racismo e das mazelas direcionadas a população negra, as pessoas com deficiência e outros grupos encarados como disgênicos.

Este trabalho parte de uma compreensão de que as relações históricas e materiais que levaram a tal entrelaçamento mencionado nos parágrafos anteriores são de fundamental importância para uma análise e compreensão rigorosa desse fenômeno que teve e em certa medida ainda tem influências na educação brasileira.

Nesse sentido, temos como proposta nesse capítulo discutir as entradas e permanências dos ideários eugenista e higienista sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, pois por meio dessa abordagem, torna-se possível a apreensão da materialidade do desenvolvimento histórico dos fenômenos, isto é, um desvelamento daquilo que se encontra na realidade objetiva mediante a uma análise do desenvolvimento histórico, social, material e dos movimentos concretos da produção e reprodução da realidade (SOUSA, 2020).

Assim, ressalto a importância, para este trabalho, da utilização do método desenvolvido por Marx e Engels e, posteriormente, aprimorado e utilizado por muitas e muitos pesquisadores, pois as discussões propostas aqui partem de uma análise e questionamento de uma ciência desenvolvida aos moldes positivistas e técnico-instrumental, que na busca de validar o modo de produção capitalista difundiu, fortaleceu e se apropriou de ideias eugenistas e higienistas no Brasil. Em contraponto a esse modelo de fazer ciência, o materialismo histórico e dialético se propõe, a partir da análise do desenvolvimento da sociedade burguesa capitalista, desvelar a realidade, expondo não somente de forma parcial as contradições presentes nessa sociedade, como também apresentando o caráter histórico dessas relações produzidas humanamente (SOUSA, 2020; SOUZA, 2019).

Procuro aqui, então, iniciar esta exposição pela concretude da realidade da educação brasileira, trazendo o exemplo que me intrigou e possibilitou o início dessa pesquisa. Como já mencionado na introdução deste trabalho, sou professor de Ciências e Biologia na Secretaria de Educação do Distrito Federal e, ao observar na escola em que trabalhava como as turmas eram distribuídas e quais eram os estudantes encaminhados para cada turma de um mesmo ano, me deparei com uma questão “Por que as últimas turmas de cada ano têm os piores desempenhos e por que essas mesmas turmas são as que possuem mais estudante negros?”.

Explico aqui esse questionamento e adiamento que não se pretende neste texto responder essa questão de forma definitiva ou esgotar as discussões sobre a problemática apresentada. As escolas do Distrito Federal geralmente possuem mais de uma turma por ano ofertado, por exemplo, as escolas que ofertam os três anos do Ensino Médio geralmente possuem mais de uma turma por ano. A escola em que trabalhei oferecia 6 turmas para cada ano do Ensino Médio sendo que para essas turmas eram atribuídas letras de A até o F (ex: 2ºA, 2ºB, 2ºC, 2ºD, 2ºE e 2ºF). Ao observar que o 2º ano F era a turma de pior reputação entre professores e professoras e também pior desempenho nas notas atribuídas aos boletins dos estudantes, em relação as outras turmas da escola, questionei a coordenação da escola qual era a justificativa para isto e a resposta que tive foi de que os melhores estudantes eram alocados nas primeiras turmas, ex: 2ºA e 2ºB, e os piores alunos eram alocados nas últimas turmas, ex: 2ºE e 2ºF, tornando assim as turmas mais homogêneas com o intuito de melhorar a aprendizagem dos estudantes.

A ideia de que homogeneizar as turmas escolares resulta em um melhor desempenho não é uma novidade na educação brasileira, ao longo do capítulo anterior explicitamos como a Liga Brasileira de Higiene mental utilizou essa argumentação, com fundamentos da eugenia, para implementar essa prática nas instituições escolares que teve influência. O ideário eugenista buscava perceber, por meio de testes, as “diferenças e semelhanças” dos estudantes para obter o conhecimento dessa realidade, porém as diferenças que interessavam a essas ideias não passavam por uma reflexão de ordem social, de classe ou de posicionamento diante dos meios de produzir as riquezas. As diferenças buscadas eram de ordem biológica, individuais, inatas e presumidamente naturais (WANDERBROOCK, 2007).

Partindo desse entendimento, reconhecemos que o agrupamento de estudantes identificados como os de pior desempenho, por critérios também subjetivos, obedecia a um crivo racial, e por consequência, racista em que as turmas com melhores posicionamentos eram as turmas que menos tinham estudantes negros matriculados.

Entendemos o racismo como uma estrutura discriminatória e sistêmica que utiliza a raça como base e se expressa por meio de práticas conscientes ou inconscientes que resultam em desigualdades ou vantagens para os indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual eles pertencem. O conceito de raça aqui não deve ser entendido como puramente biológico, mas sim um elemento essencialmente

político, um conceito central que possibilitou a operação concomitante de uma flagrante contradição entre os ideais positivistas de universalidade da razão e toda a destruição e morte causada pelo colonialismo (ALMEIDA, 2019).

Também é importante ressaltar que o entendimento que temos sobre o racismo é de que por ser um processo estrutural é, do mesmo modo, um processo histórico, as especificidades da formação social de cada tempo/lugar histórico, está integralmente relacionada com a dinâmica estrutural do racismo. Silvio Almeida (2019, p. 55-56) sobre a apreensão das dinâmicas do racismo disserta que:

[...] as características biológicas ou culturais só são significantes de raça ou gênero em determinadas circunstâncias históricas, portanto, políticas e econômicas. Daí a importância de se compreender o peso das classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias políticas estatais e não estatais.

O que levou a atual composição e formação nacional do Estado brasileiro foram os projetos políticos adotados. As classificações raciais tiveram importância na elaboração e execução destes projetos ao darem legitimidade nas ações tomadas pelo poder estatal, definir hierarquias sociais e apontar os caminhos das estratégias econômicas de desenvolvimento.

Observando que a prática de homogeneização de turmas era comum também em outras escolas procurei entender como essa prática foi introduzida e em quais bases teóricas ela se ancorava. Para isso, procuro aqui seguir uma premissa apresentada por Marx para o desenvolvimento do seu método, “[...] começar pelo real e o concreto [...]” (MARX [1957-1858], 2000, p. 39).

Com o objetivo de analisar a entrada e permanência de um ideário na educação pública do Brasil, temos a necessidade de delimitar as categorias e conceitos pelos quais transitaremos para tal exposição: primeiro que se faz necessário para o entendimento é a categoria de Estado. Não pretendemos aqui tratar o Estado brasileiro como uma instância apartada da sociedade civil, em que suas ações, planejamentos e execuções se dão de forma independente da formação do tecido social que compunha o Brasil à época. Acreditamos que a crença nessa separação leva a uma visão de que as políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro não tinham íntima ligação com as Elites burguesas que no início do século XX se apropriava da máquina estatal, e através dela tocava seus interesses, mesmo que em detrimento da maior parte da população brasileira. O Estado na compreensão marxiana é uma criação da sociedade civil e representa uma determinada forma de

organização das relações sociais. Marx argumenta que essa separação é apenas aparente e leva a uma compreensão falsa da relação entre sociedade civil e Estado político (MARX [1843], 2010).

Assim, para compreendermos a natureza e as ações do Estado brasileiro deve-se primeiramente explorar e apreender a formação da sociedade civil brasileira que é o espaço onde as relações sociais são constituídas e moldadas e onde residem as bases que influenciam na formação e organização do Estado.

Ao buscar uma análise do tecido social brasileiro no início do século XX consideramos incontornável a exposição de como a sociedade brasileira, que em sua maioria era constituída por mulheres e homens negros e pobres, vinha se adaptando às transformações impostas pela expansão da industrialização e o fortalecimento e espalhamento do ideário liberal pelo país. Clovis Moura, em seu livro Sociologia do Negro Brasileiro, apresenta o conceito de escravismo tardio, conceito esse que aponta um período histórico de transição do sistema escravista, que o Brasil se encontrava até o final do século XIX, para o capitalista, que marcou a luta de classes no capitalismo dependente brasileiro (MOURA, 2019).

Durante o período escravista, é importante ressaltar que o Estado brasileiro exerceu forte repressão sobre a luta empreendida pelos escravizados contra a classe senhorial, o que resultou no Brasil sendo um dos últimos países a abolir formalmente a escravidão. A relação entre os escravizados e o aparato estatal caracteriza de maneira fundamental esse período da história brasileira. Por um lado, testemunhamos uma diversidade de formas de repressão com o objetivo de desumanizar as pessoas negras no Brasil, enquanto, por outro lado, observamos a resistência e rebeldia da população negra que se opunha a esse sistema opressivo. Clóvis moura (2019, p. 46) argumenta que:

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação, inclusive ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados.

Evidenciamos que o Estado brasileiro, que em 1888 promulga a lei de abolição da escravidão é o mesmo Estado que poucos anos depois vai dar subsídios para a entrada e espalhamento dos ideários eugenistas e higienista, ideários que subjugarão os negros brasileiros e contribuirão de forma contundente para a marginalização dessa parcela da população, fato que possibilitou a manutenção já mencionada das

relações sociais escravistas levando o Brasil ao que Moura (2019) define como escravismo tardio. Davis (2018) sobre a erradicação formal e persistência estrutural do racismo, pontua que,

O problema é que muitas vezes se presume que a erradicação do aparato legal seja equivalente à abolição do racismo. Mas o racismo persiste em uma estrutura que é muito mais extensa, mais ampla do que a estrutura legal (...) o fim da escravidão em si não solucionaria a miríade de problemas criados pela instituição da escravidão. As correntes poderiam ser removidas, mas, se não fossem desenvolvidas instituições que permitissem a incorporação das pessoas antes escravizadas em uma sociedade democrática, a escravidão não seria abolida.

Como já exposto anteriormente a busca pela industrialização e a aspiração de um Brasil moderno, equiparado às grandes nações europeias, trouxeram consigo a necessidade de estabelecer e estruturar um projeto abrangente para a construção de uma nova nação e a formação de uma nova identidade brasileira. A educação emergiu como um elemento fundamental para alcançar esse objetivo, desempenhando um papel central na reconfiguração dos indivíduos brasileiros. Nessa perspectiva, tornou-se imprescindível uma reformulação da educação, a qual deveria refletir os ideais modernos e estar à altura do ambicioso projeto nacional que se pretendia realizar.

Argumento que o Estado brasileiro viu na educação pública uma ótima forma de fortalecer o seu aparato ideológico, a fim de uma manutenção das relações sociais que, em sua aparência, estavam se modificando durante o final do século XIX e início do século XX. Porém essa “Modernização sem mudança” (MOURA, 2019, p. 259) escancarava contradições flagrantes e progressivas devido ao desenvolvimento das forças produtivas que se dinamizavam.

Interpretamos aqui o Estado como a expressão da dominação de uma classe sobre a outra, sendo, portanto, a força pela qual os integrantes de uma classe dominante fazem prevalecer seus interesses, mesmo que esses não sejam coincidentes com os interesses da classe não dominante. Ele representa a condensação das relações sociais de uma sociedade em um determinado período histórico, condicionando e moldando todas as instituições da sociedade civil. Assim, todas as estruturas e relações sociais, ao serem mediadas pelo estado, adquirem uma configuração política, refletindo os interesses e a hegemonia da classe que detém o controle estatal (MARX; ENGELS, [1845-1846] 2007).

Entendemos que essa “modernização sem mudança” não se sustentaria sem o que Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* ([1845-1846] 2007) definem como Ideologia, buscando explicitar como o pensamento ideológico é toda e qualquer elaboração ideal

que, mesmo estando repleta de interesses materiais e com origem na materialidade da vida, não se reconhece dessa forma, ignorando seus condicionantes sócio-históricos e por consequência acabam por distorcer ou falsificar a compreensão da história. (SOUSA, 2020).

Busco apresentar brevemente a categoria Ideologia no intuito de debater a ciência eugênica como uma ciência da classe dominante, neste sentido o pensamento ideológico percebe a realidade como a aparência imediata do que é apresentado, e assim a ciência da classe dominante, ao se limitar ao que é imediatamente aparente, acaba por convergir com os interesses da classe dominante. SOUSA (2020) indica que uma acepção ampliada de ideologia pode ser descrita como “a humanidade toma consciência das contradições expressadas nas criações ideais e representações no direito, na religião, nas artes, entre outras, que nada mais são formas ideológicas”.

A indicação de que a ciência eugênica serviu muito bem aos interesses da classe dominante brasileira nos faz refletir, como esse pensamento que marginalizava a maior parte da população foi largamente difundido e utilizado pelo Estado para elaborar políticas públicas e ações governamentais? Aqui interpretamos a educação como um pilar ideológico de sustentação desse ideário eugenista, sem a utilização da educação a classe dominante no Brasil certamente não teria seus interesses difundidos e introjetados como interesses comuns da nação.

Louis Althusser em seu livro *Aparelhos Ideológicos do Estado* (ALTHUSSER, 1985) elenca algumas instâncias estatais que ele denomina de Aparelhos ideológicos de Estado, dentre essas, está presente o sistema escolar público e privado. Relacionamos assim, o entrelaçamento entre a classe dominante brasileira e o Estado que, com a finalidade de reproduzir o modo de produção capitalista, utiliza o Aparelho Ideológico de Estado escolar como um componente fundamental do sistema estatal, cuja finalidade é a reprodução das relações de produção existentes na sociedade. Althusser (1999) sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado expõe que:

Um Aparelho Ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”.

No contexto do capitalismo no Brasil do início do século XX, esse aparelho desempenhou um papel crucial na reprodução das relações capitalistas, que por sua

vez perpetuaram as relações de exploração. O sistema escolar como um Aparelho Ideológico de Estado teve, e tem, o propósito de transmitir os valores, crenças e ideais que sustentaram e legitimaram a estrutura econômica e social capitalista.

É importante evidenciarmos a impossibilidade de separação das ideias difundidas pela classe dominante dos atores que constituem essa classe dominante pois, ao considerarmos a história sempre que uma classe é alçada a uma posição de domínio ela por obrigação difundiu seus interesses de forma que os torne um interesse universal (MARX; ENGELS, in. FRIGOTTO; CIAVATTA; CALDART, 2020). O pensamento eugênico serviu muito bem aos interesses da elite que à época dominava o Brasil, a hierarquização científica das raças cumpriu um papel importante no pós-abolição colocando a população não branca como inferior e assim ajudando na manutenção dos privilégios que a elite branca desfrutava, a ideia de uma melhoria genética da população brasileira foi habilmente manipulada para perpetuar a estratificação social existente e assim os eugenistas legitimavam a opressão estrutural sobre a população negra.

Destacamos que as condições materiais existentes no recorte histórico analisado deram a sustentação para que a entrada e espalhamento desse ideário se tornasse possível. As relações sociais instauradas no Brasil do início do século XX possibilitaram o entrelaçamento do pensamento eugênico com as mais diversas instâncias sociais no país, inclusive nos sistemas de educação, Marx e Engels ([1845-1846] 2007, p. 47) apontam que “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”.

Desta forma enfatizamos aqui que o pensamento eugenista e higienista tem origem material, ou seja, somente a partir da estrutura material da realidade brasileira e dos indivíduos que compunham a classe dominante, foi possível que essas teorias surgissem e ganhassem proporção. Quando alguns autores fazem uma separação da materialidade com o mundo das ideias acabam por apartar as condições do mundo que baseia esses ideais. Marx e Engels ([1845-1846] 2007) sobre isso continuam escrevendo que:

Ora, se na concepção do curso da história separarmos da classe dominante as ideias da classe dominante, se lhes atribuirmos uma existência autônoma, se nos limitarmos a que numa época dominaram estas e aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção e com os produtores dessas ideias, se, portanto, deixarmos de fora os indivíduos e as condições do mundo que estão na base das ideias,

então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que dominou a aristocracia dominaram os conceitos honra, lealdade etc; durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos liberdade, igualdade etc.

Desta forma o grupo social que dispunha dos meios de produção material, dispunha também, conseqüentemente, da produção das ideias que circulavam no período. Essas ideias produzidas materialmente pela classe dominante eram submetidas a classe que não obtinha os meios de produção material e intelectual. Marx e Engels ([1845-1846] 2007, p. 47) seguem escrevendo que:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.

No início do século XX, a classe dominante no Brasil era composta principalmente pela elite agrária, representada pelos grandes proprietários de terras, latifundiários e exportadores e também por uma elite urbana formada por industriais emergentes. As profundas ligações dessa classe dominante com a escravidão eram flagrantes, e utilizando das teorias raciais já espalhadas pelo Brasil deu continuidade a marginalização e subalternização, principalmente, da população negra brasileira, que ao longo da história colonial do Brasil sustentava os privilégios de uma elite branca.

Por meio do currículo, dos métodos de ensino, da seleção de conteúdos e da organização das instituições educacionais, a escola contribuiu para a perpetuação e naturalização das desigualdades, hierarquias e injustiças inerentes ao sistema capitalista. O ideário eugenista e higienista foi imbricado de formas aparentes e veladas na educação brasileira, influenciou a formação de professores, a seleção de conteúdos escolares, a organização das instituições de ensino e várias outras áreas, e com esse entrelaçamento tivemos a perpetuação das dinâmicas sociais vindas ainda do escravismo no Brasil, onde os negros, pobres, e pessoas marginalizadas eram explorados por uma classe dominante. Essas correntes de pensamento impactaram diretamente a educação ao estabelecerem diretrizes relacionadas à seleção de indivíduos considerados “aptos” para a reprodução e ao enfatizarem a necessidade de uma educação voltada para a formação de uma população saudável e produtiva.

No contexto brasileiro, essas ideias se manifestaram de diversas maneiras. Uma delas foi a influência no sistema de ensino, que passou a adotar práticas de segregação e classificação dos alunos com base em critérios físicos, raciais e intelectuais. Escolas e instituições educacionais promoviam a separação de estudantes considerados “saudáveis” e “aptos” daqueles que eram rotulados como “deficientes” ou “indesejáveis”. O movimento eugênico exerceu forte influência sobre a educação brasileira se espelhando e utilizando da racionalidade eugenista para constituir ações pedagógicas, como também funcionando como um propulsor do ideário eugenista no Brasil.

As ações dos intelectuais eugenistas na educação brasileira está longe de ser homogênea, muitos foram os caminhos traçados pelos diferentes pensamentos eugenistas, alguns acreditavam que a degeneração dos brasileiros se dava por consequência da raça (negros, índios e mestiços), e outros acreditavam que as doenças, os vícios e a falta de higiene eram as principais causas dessa degeneração, porém todos tinham a crença no melhoramento da espécie humana através da eugenia e viam a educação como um caminho para que esse objetivo pudesse ser alcançado (ROCHA, 2010).

É possível observar a importância dada aos educadores no cumprimento dos objetivos almejados e formulados por pressupostos eugenistas. Belisário Penna, em 1927, na I Conferência Nacional de Educação, elabora que:

Isso que se pratica com plantas e animais é quase completamente descuidado entre os homens no Brasil, onde são impressionantes o descaso pelas leis imutáveis e inflexíveis da biologia humana, a ignorância de rudimentares preceitos de higiene e profilaxia e o desconhecimento de simples noções de eugenia e de medicina social, não apenas entre as classes incultas ou pouco cultas, que constituem mais de 8/10 da população, como entre as cultas, inclusive, na sua maioria, a incumbida da instrução primária, limitada, de regra, a superficial ensino literário. Daí o constituir, entre nós, raríssima exceção quem procura realizar a tríplice finalidade biológica do homem, constituindo em: 1) entreter, defender e melhorar, incessantemente, a própria vida; 2) entreter, defender e melhorar, incessantemente, a vida da família e da sociedade; 3) entreter, defender e melhorar, incessantemente, a vida da espécie. O simples enunciado desta tríplice finalidade biológica do homem basta para revelar o nosso descaso por ela, de que resulta a dolorosa condição de vida do povo brasileiro, e fazer ressaltar a importância capital da educação higiênica e eugênica popular, começada desde a escola primária, a fim de, por esse ensino fundamental, formarmos a "consciência sanitária nacional", isto é, um estado de espírito coletivo consciente, convencido e firme, sobre a importância dos problemas higiênicos e eugênicos na vida do indivíduo e da sociedade. Os três aspectos da finalidade biológica do homem se entrelaçam de tal forma que não se podem desligar sem o distúrbio ou a ruína do organismo social. Não basta que alguns indivíduos defendam e melhorem a própria vida; será insignificante ou nulo o

resultado, se não promoverem a defesa e melhoramento incessante da vida, da sociedade e da espécie. (PENNA, 1927, p. 29).

Aqui, Belisário Penna (1927) defende que a problemática humana era uma problemática de higiene e sendo assim outros âmbitos da vida como a família, a economia e a escola deveriam evoluir no sentido biológico. Não só medidas práticas relacionadas a promoção da saúde deveriam ser implementadas, mas também a educação tinha que ser adotada como um instrumento eugênico de melhoria.

A missão da educação moderna é mais biopsicossocial do que literária, consistindo no respeito às leis inflexíveis da biologia humana, pela prática dos preceitos da higiene e da eugenia, para que saibam e possam todos cumprir a finalidade biológica do homem, de que resultam: os deveres individuais, isto é, o interesse pelo próprio desenvolvimento e melhoramento físico-psíquico, para maior eficiência da sua função no organismo social; os deveres interindividuais, consistindo no respeito a vida e a saúde dos outros homens, de que resultam o altruísmo, a bondade, a cooperação, a solidariedade e a assistência; os deveres do indivíduo em relação com a espécie, ou moral familiar, com a constituição eugênica da família, pela preparação do casamento, tendo em vista uma prole melhorada e perfeita criação e educação dos filhos; finalmente, os deveres sociais, nos quais se incluem a assistência social aos sãos e aos doentes, os deveres para com a pátria e a defesa contra os criminosos, os associativos e os anti-sociais. (PENNA, 1927, p. 32).

Ainda na Conferência Nacional de Educação diversos outros nomes com bastante influencia e entradas na educação brasileira se colocaram a favor de uma educação eugênica. Nomes como de Raul Bittencourt, Renato Kehl e Celina Padilha, então presidente da seção de Ensino Primário defenderam que era bastante importante uma educação sexual desde cedo, com o objetivo de que as crianças tivessem uma educação eugênica eficaz e apropriada, e ainda destacam a importância que os professores teriam para que essa cátedra de eugenia fosse implementada tanto no ensino básico quanto no ensino superior (ROCHA, 2010).

Essa educação defendida pelos eugenista previa uma ação interligada não somente com questões relacionadas a educação sexual como exames pré-nupciais, mas também como os diversos assuntos ligados às questões de reprodução humana. O plano de educação eugênica abraçava “[...] questões de hereditariedade, descendência, evolução, influência do meio, do estado econômica, da legislação, dos costumes, das *aptidões físicas, intellectuales e moraes* [...]” (KEHL, 1929, p. 209). Ao colocar o professor como um divulgador do pensamento eugênico, Renato Kehl buscava introjetar na população os princípios que possibilitariam, ao seu ver, uma melhoria da espécie, desta forma mesmo a despeito da existência de leis rigorosas que dissertassem sobre a eugenia a população brasileira poderia ter contato e assim

ser modificada conforme os princípios eugênicos. Ao reconhecer que as leis que incentivavam a eugenia no Brasil não eram robustas o suficiente, Kehl (1929, p. 219-220) afirma que:

O liberalismo das leis actuaes, o fanatismo incomprehensivel pela pretensa liberdade individual, mesmo quando esta vae de encontro aos interesses collectivos, concedendo autorização para os matrimonios entre raças e classes dispares, entre sãos e doentes, entre tarados e degenerados, resultou isso que pelo mundo se vê – um amontoado de destroços humanos, de syphilizados e de abastardados opprimindo uma diminuta pleiade de salvados que se esforça e se contorce para delle se libertar.

Seguindo esse pensamento, os professores ao transmitir para seus alunos os conhecimentos sobre hereditariedade, evolução e descendência não atingiriam somente os estudantes, mas também suas famílias, dessa forma construindo uma noção de responsabilidade individual sobre a reprodução. Quanto mais conhecimentos eugênicos os brasileiros tivessem, mais rapidamente os tipos disgênicos de indivíduos seriam evitados. É importante aqui destacar que esses indivíduos disgênicos eram pessoas que apresentavam doenças físicas e mentais, e também qualquer indivíduo mestiço ou que não pertencesse à raça branca.

Observamos que o olhar dos eugenistas sobre a atuação dos professores era voltado para uma responsabilização individual dos brasileiros em relação à sua prole. Essa responsabilização respondia muito bem aos anseios do pensamento liberal que vinha se fortalecendo, inclusive na educação brasileira. Ao educar eugenicamente a população, a parcela de indivíduos disgênicos seria evitada e por consequência não iria procriar, essa ação sobre os indivíduos foi encarada pelos eugenistas como uma forma mais eficaz do que a aprovações de leis que poderiam ser descumpridas. Nesse sentido, a educação se torna uma plataforma de divulgação do pensamento eugênico, sobre essa questão Rocha (2010, p. 112) escreve que:

Conforme afirma Bizzo (1994, p. 118), o papel do professor excedia sua função pedagógica, pois naquele momento, “[...] a professora primária era o único sinal do Estado junto aos cidadãos. Às funções educacionais somavam-se as de assistência social, saúde, higiene, puericultura, e, agora, eugenização.” Para isso era preciso que o educador tivesse conhecimentos sobre hereditariedade, educação sexual, genética, reprodução etc.

Paralelo as ações do movimento eugênico na educação, outros âmbitos da sociedade brasileira também sofriam ingerências dos eugenistas, na década de 30, durante o Estado Novo, aconteceu um vínculo entre nacionalidade e raça, e com o objetivo de estabelecer uma homogeneização da nação, a questão a ser resolvida foi

a formação de uma identidade nacional que fosse conciliável com as aspirações do Estado moderno. Durante esse período, utilizando medidas eugênicas e de saúde pública, o Estado brasileiro formulou cotas para a entrada de imigrantes no Brasil, cotas que privilegiavam imigrantes brancos em detrimento de imigrantes não brancos (STEPAN, 2005).

O debate sobre a restrição racial no intuito de formar uma unidade nacional foi abertamente feito por diversos cientistas e pessoas influentes na esfera pública brasileira. Os fundamentos eugenistas circulavam tão bem nos debates públicos que “Na Assembleia Constituinte de 1933-1934, Miguel Couto e Xavier de Oliveira ensaiaram os argumentos eugênicos que haviam apresentado em 1929 para uma seleção racial dos imigrantes” (Stepan, 2005, p. 175). A interseção da eugenia com o Estado se estabelece também na construção de noções de raça e nacionalidade através de novos mecanismos desenvolvidos para instigar um sentimento de patriotismo e nacionalismo. A ideologia do Estado sustentava que a fusão entre raça e identidade era uma resposta para a formação da nacional, essa articulação entre eugenia e o Estado visava promover uma identidade unificada e consistente, baseada na ideia de pureza racial e cultural, fortalecendo a visão de uma nação coesa.

As contradições internas que o Brasil enfrentava eram latentes, os intelectuais a serviço da classe dominante buscavam identificar e elencar estes problemas. A grande quantidade de imigrantes fez emergir movimentos sociais e a necessidade de combate a esses movimentos, o aumento da população e a composição étnica diversa resulta em uma nova composição da classe trabalhadora juntamente com novos postos de trabalho. A população marginalizada representava uma grande ameaça ao modelo de nação pretendido pelo Estado, Carvalho (1996, p. 18) elenca quais eram as problemáticas a serem combatidas em relação a constituição da população brasileira:

Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República. Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da Cidade Velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez, jogo.

A proposta de trazer brancos para o Brasil visava criar uma base de trabalhadores que, do ponto de vista da elite dominante, seria mais alinhada aos interesses do capital, criando assim um alicerce para a construção do país. Essa estratégia buscava reforçar a hegemonia econômica e cultural da elite branca, fundamentando-se na exploração e na diferenciação racial como forma de manter o controle e a dominação sobre os meios de produção.

Essa desqualificação dos negros, índios e mestiços, tanto biológica quanto culturalmente, reflete a manipulação ideológica para justificar a exploração e a exclusão social desses grupos. Ao inferiorizar essa parcela social perante a figura do homem branco, a elite dominante reforçava sua posição de poder, legitimando sua superioridade e garantindo a continuidade da estrutura de classes e da exploração capitalista.

O plantel de professoras e professores durante a Primeira República foi abordado pela pesquisa de Müller (1999) e foi observado que havia uma quantidade muito pequena de pessoas não brancas exercendo o magistério no Brasil. Mesmo sem a presença de uma legislação que limitava a profissão a pessoas brancas, o ideário do branqueamento da nação alcançou a educação brasileira de forma bastante eficaz (MÜLLER, 1999).

Ainda nesse período é importante observar a grande quantidade de veículos de divulgação e instituições eugenistas que surgiram, temos como exemplo os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental que foi publicado pela Liga Brasileira de Higiene Mental e também o Boletim de Eugenia idealizado e dirigido por Renato Kehl que ainda dirigiu a Comissão Central Brasileira para o Estudo e Propaganda da Eugenia. Sobre essa comissão Rocha (2010) aponta que:

Essa comissão procurou introduzir medidas restritivas em relação ao casamento de indivíduos não eugênicos, medidas facilitadoras de casamentos de indivíduos eugênicos, medidas de seleção eugênica a candidatos às universidades e cargos públicos e educação eugênica obrigatória em todos os níveis de ensino. Como era uma comissão encabeçada por Renato Kehl e sabendo da sua concepção racista de eugenia, podemos imaginar a raça brasileira que se queria preservar e aquela que se queria evitar.

A educação encarada como um dos motores na busca do embranquecimento do país, tencionou a constituição do corpo docente para que as professoras e professores, que eram encarados como divulgadores desse ideário com bases na eugenia, fossem em sua maioria brancos.

A estrutura capitalista do Brasil, foi caracterizada por uma concentração extrema de riqueza e poder nas mãos de uma elite dominante. Essa elite, composta por latifundiários, empresários e setores da burguesia nacional, controlava os meios de produção e detinha o monopólio sobre a exploração dos recursos naturais do país. Essa dinâmica gerou uma desigualdade socioeconômica muito grande, com a maioria da população vivendo em condições de pobreza e marginalização.

Essas bases materiais de exploração e desigualdade propiciaram a disseminação das ideologias eugenista e higienista no Brasil. A elite dominante, interessada em preservar seu *status quo* e perpetuar seus privilégios, encontrou nesses ideários justificativas para manter o controle sobre a população e restringir os direitos daqueles que considerava "inferiores" ou "indesejáveis". Esse pensamento, alinhado com o liberalismo emergente, reforçou a visão da classe dominante, subjungando os estratos sociais desfavorecidos e legitimando a opressão estrutural sobre a população não branca.

Observamos que o Estado, compreendido como a expressão da dominação de uma classe sobre outra, convergiu esses ideais eugênicos, utilizando o sistema educacional como um aparelho ideológico para disseminar valores que perpetuavam as desigualdades e a estratificação social existente.

Nessa direção, o ideário eugenista permitiu à elite dominante propagar a noção de que a inferioridade e a pobreza eram resultado de características genéticas, atribuindo a responsabilidade individual pela condição de cada indivíduo. Assim, a exploração e as desigualdades socioeconômicas profundas que permeavam a sociedade poderiam ser naturalizadas e perpetuadas, sem questionamentos sobre as estruturas que as sustentavam. Da mesma forma, o pensamento higienista justificava ações voltadas para a saúde e a higiene como uma forma de controle social. Ao enfatizar a necessidade de uma população saudável e produtiva, esse ideário permitia que medidas higienistas fossem adotadas para excluir e marginalizar aqueles que não se enquadravam nos padrões estabelecidos pela elite dominante.

A abordagem educacional baseada na eugenia e higiene mental refletiu-se na estruturação do sistema escolar, na seleção de conteúdos, na organização das instituições de ensino e na formação dos professores. O discurso eugenista foi utilizado para justificar práticas de segregação e exclusão, criando uma hierarquização na distribuição dos alunos, o que, na prática, refletia a discriminação racial.

Nesse contexto, a educação foi instrumentalizada como um meio para perpetuar as relações de poder, reproduzindo ideias que justificavam a manutenção das desigualdades sociais, os princípios eugenistas foram integrados à estrutura educacional brasileira, colaborando para a exclusão de grupos considerados "inferiores" e para a manutenção dos privilégios da elite dominante. Esse movimento ideológico, marcado pelo racismo, contribuiu para a construção de uma sociedade desigual e segregada, enraizando a exclusão e a marginalização na estrutura educacional brasileira.

3 - EUGENIA/HIGIENISMO E ENSINO/EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NAS TESES E DISSERTAÇÕES

Com o objetivo de entender a dimensão das relações existentes entre a educação brasileira, o Ensino de Ciências e os ideários eugenistas e higienistas na produção acadêmica brasileira, foi realizada uma consulta, nas bases de dados do banco de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, cujo acesso é via <http://bdtd.ibict.br/vufind/>, utilizando como descritores as palavras-chave Eugenia e Higienismo combinadas com Ensino de Ciências, Educação em Ciências e Educação Científica.

Destacamos aqui a importância da coleta e consulta de informação nas bases de dados da BDTD para esta pesquisa, pois observando e analisando os dados encontrados podemos verificar as lacunas, tendências e prioridades acerca das pesquisas que envolvem o tema investigado neste trabalho e seus impactos para o Ensino de Ciências na Educação Escolar Brasileira.

Esta pesquisa foi realizada a partir da metodologia de revisão de literatura desenvolvida no trabalho de Souza (2019).

Na realização da consulta na BDTD, optamos por seis conjuntos de termos de busca, que estão descritos no Quadro 1:

Quadro 1 - Conjuntos de Termos de Busca na BDTD

Conjunto	1º Termo	2º Termo
1º Conjunto	Eugenia	Ensino de Ciências
2º Conjunto	Eugenia	Educação em Ciências
3º Conjunto	Eugenia	Educação Científica
4º Conjunto	Higienismo	Ensino de Ciências
5º Conjunto	Higienismo	Educação em Ciências
6º Conjunto	Higienismo	Educação Científica

Fonte: Elaboração do pesquisador (2024).

As Teses e Dissertações selecionadas passaram por uma análise qualitativa, e foram estabelecidos critérios no intuito de um maior refinamento da abordagem teórica utilizada pelas pesquisadoras e pesquisadores. Os três refinamentos estabelecidos estão apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 - Refinamentos da Busca Sistemática das T&D na BDTD

Refinamento	Desenvolvimento
1R	1º Refinamento
	Inserção dos conjuntos de termos como filtros na busca avançada do site da BDTD, e com o auxílio do sistema de busca, identificaram-se as produções que apresentaram os termos nos títulos, atores, assunto e resumo.
2R	2º Refinamento
	Com a leitura e análise dos títulos e resumos dos textos encontrados, permaneceram selecionadas as produções cujos resumos remetessem aos

		termos de busca e que tratassem da relação entre Educação em ciências/Ensino de Ciências/Educação científica e Eugenia/Higienismo
3R	3º Refinamento	Com a leitura e análise da Introdução, dos aspectos metodológicos e das Considerações Finais/Conclusão dos textos encontrados. Permaneceram selecionadas as produções que remetessem aos termos na perspectiva da literatura marxista.

Fonte: Elaboração do pesquisador (2024).

Ao consultarmos o banco de dados da BDTD optamos por usar os refinamentos citados no Quadro 2 sem estabelecer nenhum marco temporal de análise no intuito de obter uma compreensão ampla da produção de teses e dissertações produzidas sobre a temática trabalhada.

No primeiro refinamento foram selecionados um total de 1.917 trabalhos, sendo 512 Teses e 1.405 Dissertações, destacamos aqui que o grande volume de produções após o primeiro refinamento se deu pela não distinção do buscador entre produções específicas sobre eugenia e higienismo, contendo nesse total de trabalhos várias teses e dissertações que não tratavam sobre essa temática e apenas continham autoras com o nome “Eugenia”, como também trabalhos que tratavam sobre a eugenia ou eugenismo em áreas do conhecimento que não se relacionavam com a educação ou ensino.

Foram selecionadas seis produções durante o segundo refinamento, sendo: PAGAN (2009), SCHNEIDER (2013), SCHNEIDER (2015), RICARDO (2019), MORANDO (2021), MIRANDA (2022). Com a leitura e análise dos resumos dos trabalhos selecionados no primeiro refinamento foi possível identificar aquelas produções que tratavam da relação entre os buscadores utilizados na BDTD. A redução acentuada no número de produções entre o primeiro refinamento e o segundo se deu também pelo motivo já explicitado no parágrafo anterior.

No refinamento três não foi selecionado nenhum trabalho, após a leitura e análise da introdução, dos aspectos metodológicos e das considerações finais/conclusão dos trabalhos, foi possível observar que nenhuma das produções selecionadas trabalhou com a relação entre os conjuntos buscados na perspectiva da literatura marxista, conforme a Tabela 4 aponta:

Tabela 4 - T&D selecionadas via consulta ao BDTD.

BUSCA Nº	TERMOS DE BUSCA	R1			R2	R3
		TOTAL	T	D		

1 ^a	- Eugenia - Ensino de Ciências	250	61	189	06*	00*
2 ^a	- Eugenia - Educação em Ciências	314	79	235	00	00
3 ^a	- Eugenia - Educação Científica	104	37	67	00	00
4 ^a	- Higienismo - Ensino de Ciências	406	104	302	00	00
5 ^a	- Higienismo - Educação em Ciências	660	178	482	00	00
6 ^a	- Higienismo - Educação Científica	183	53	130	00	00
	TOTAL	1.917	512	1.405	06	00
Legenda	T: Tese	D: Dissertação				

Fonte: autoria própria

Ao analisar os dados sobre as produções observamos uma escassez de produções sobre Eugenia e higienismo que discutam as relações desses ideários com o Ensino e a Educação em Ciências. As poucas produções que conseguimos localizar não fazem essa discussão sob a lente de análise de uma perspectiva marxista.

Vale ressaltar que na busca número 1, uma das seis produções selecionadas no segundo refinamento, com o título “Problematizações históricas do primeiro congresso brasileiro de eugenia para o ensino de biologia” de CARLOS (2019), não disponibilizou o trabalho integralmente no banco de dados e isso impossibilitou a passagem dessa produção pelo terceiro refinamento.

O trabalho de PAGAN (2009) tem como percurso metodológico um estudo de caso que relaciona a eugenia com a educação no Ensino de Ciências abordando a importância exacerbada que é dada, por professores, a expressão gênica em detrimento das interações ambientais quando abordam discussões sobre genética e o ser humano. O trabalho faz uso de dados quantitativos para uma análise qualitativa.

O autor não faz maiores apontamentos sobre o surgimento e espalhamento do pensamento eugênico na educação brasileira, ele aponta a relação das discussões genéticas e o racismo contemporâneo, porém não foi observado a exposição de uma crítica a materialidade do tecido social brasileiro que da sustentação ao pensamento racista atual e também não encontramos discussões sobre ideologia e classe dominante que são, no nosso entendimento, questões fundamentais para análise dessa temática.

Os trabalhos de SCHNEIDER (2013, 2015), dissertação e tese da mesma autora, tratam de forma aprofundada dos documentos históricos sobre a eugenia no Brasil e fazem pesquisas empíricas com professores da rede Estadual de Ensino do Paraná e na Universidade Estadual de Maringá e Universidade do Minho de Portugal. Em sua tese a construção do instrumento de pesquisa envolveu o desenvolvimento de um questionário quantitativo estruturado na escala Likert. Este questionário foi projetado para captar de maneira sistemática as percepções dos estudantes sobre a temática em questão, organizando-se em três componentes principais: conhecimentos, valores e práticas. Além disso, o questionário incluía questões sobre dados demográficos dos participantes, de modo a contextualizar as respostas dentro do perfil de cada grupo de estudantes. Nos dois trabalhos podemos observar uma discussão sobre o Estado brasileiro e o ideário eugênico, enfatizando a relação indissociável existente entre eles. A autora faz discussões sobre as ideologias do movimento eugênico e os conhecimentos da genética e biologia molecular, aponta que esses conhecimentos quando abordados relacionados ao seu contexto histórico, social, político e econômico tem um grande potencial de contribuição para que os alunos tenham uma visão mais ampla da ciência.

Os trabalhos apontam para a necessidade de uma maior integração entre conhecimentos científicos, valores e práticas sociais no contexto da educação superior, especialmente em temas como a engenharia genética. É evidenciado que tanto os estudantes de Ciências Biológicas quanto de Humanidades apresentam dificuldades em relação aos conhecimentos básicos e aos valores e atitudes práticas sobre esses temas, mostrando a importância de incluir reflexões epistemológicas e éticas nas diferentes áreas do ensino superior. Apesar de discutir o pensamento eugênico por uma perspectiva crítica não identificamos a utilização de um referencial que percorresse os caminhos do materialismo histórico-dialético.

MORANDO (2021), utiliza o referencial foucaultiano e busca fazer um movimento entre passado e presente em relação as discussões sobre o corpo o gênero e as sexualidades e como essas temáticas vêm sendo abordadas nas disciplinas de Ciências e Biologia. A pesquisa enfatiza a necessidade de uma flexibilidade metodológica, reconhecendo que as ações e relações de poder são mutáveis e contínuas.

O autor utiliza de forma crítica uma análise sobre o surgimento e disseminação do pensamento eugênico e seus atravessamentos no Ensino de Biologia, ele aponta

e descreve a formação social brasileira que permitiu e deu sustentação para que esse ideário pudesse ser difundido, mostrando contradições existentes no discurso eugênico e também nas ações adotadas pelo Estado brasileiro.

O trabalho de MIRANDA (2022) teve como objetivo principal desenvolver um Material Curricular Educativo (MCE) para promover a educação para as relações étnico-raciais no contexto do ensino de Biologia. Este objetivo foi desmembrado em três objetivos específicos: desenvolver princípios de desenvolvimento para fundamentar uma inovação educacional, planejar uma sequência didática baseada na QSC (Questões Sociocientíficas) sobre o uso do conhecimento genético, especificamente a Eugenia, e desenvolver um MCE que promova a educação das relações étnico-raciais, baseado em uma QSC sobre raça e genética.

A construção do MCE foi fundamentada na triangulação de três campos de pesquisa: as diretrizes da Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira e africana; os temas controversos relacionados ao uso do conhecimento genético; e a promoção da educação para as relações étnico-raciais no ensino de Biologia. Esta abordagem visou proporcionar uma ferramenta educativa para professores, auxiliando-os na promoção de discussões críticas e reflexivas sobre raça e genética. O autor faz apontamentos sobre o Ensino de Ciências e as relações étnico-raciais dentro da educação brasileira e também ao desenvolver uma sequência didática evidencia as potencialidades desse trabalho e também os limites encontrados na sua utilização.

Foi possível observar também que as produções analisadas se concentram nas regiões sul e sudeste, possivelmente reflexo de que grande parte das produções brasileiras de teses e dissertações são provenientes dessas regiões devido a grande concentração de universidades e do maior número populacional, dentre outros fatores, porém consideramos importante destacar que produções de outras regiões do Brasil, destacamos aqui a Universidade Federal da Bahia, sobre eugenia e educação vem sendo realizadas nos últimos 10 anos e isso contribuiu de forma decisiva para uma análise crítica acerca das implicações desse ideário na educação brasileira.

Nessa breve análise sobre as produções de teses e dissertações que circundam a temática da eugenia e o Ensino/Educação em Ciências observamos que ainda não temos uma vasta produção envolvendo esses temas, isso é apontado nos trabalhos analisados e fica evidente que o esgotamento das problemáticas envolvendo esse assunto ainda está longe de ser alcançado.

Os trabalhos selecionados após o segundo refinamento revelam uma produção importante e robusta sobre as implicações do pensamento eugênico na educação brasileira, porém procuramos aqui fazer uma análise dos percursos metodológicos dos trabalhos e observamos a inexistência de produções que tomassem o materialismo histórico-dialético como método para o desenvolvimento das pesquisas.

A escassez de teses e dissertações que utilizam da perspectiva marxista revela uma lacuna, no nosso entendimento, no estudo das relações entre a ciência, a educação e o ideário eugênico. O marxismo, ao propor uma análise crítica das estruturas sociais subjacentes à produção do conhecimento científico, ressalta como as relações de classe influenciam a forma em que a ciência é construída e ensinada. Desta forma a educação científica sendo produzida e reproduzida nas condições históricas e sociais dadas, que as determinam, é uma produção humana e em razão disso passível de transformação.

Engels sobre a possibilidade de transformação escreve que nessa perspectiva de análise:

[...] se concebe o mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, como um mundo sujeito a constante mudança, transformações e desenvolvimento constante, procurando também destacar a íntima conexão que preside este processo de desenvolvimento e mudança. Encarada sob este aspecto, a história da humanidade já não se apresenta como um caos [...], mas, ao contrário, se apresenta como o desenvolvimento da própria humanidade, que incumbia ao pensamento a tarefa de seguir (ENGELS, 1979, p. 22).

No contexto do embate ao pensamento eugênico, o materialismo histórico-dialético pode contribuir apontando as lacunas na compreensão das raízes socioeconômicas desse movimento, nas implicações desse ideário nas práticas educacionais e nos processos de formação humana nesta sociedade capitalista e de classes.

Afirmamos a importância de um olhar crítico sobre essa temática, pois o ideário racista não é alimentado unicamente por irracionalismos. Almeida (2019, p.70) nos alerta que:

A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida. Isso menos por uma questão de capacidade, e mais por uma questão de autoridade. É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade.

A visão de que uma formação científica afasta o pensamento de preconceitos e também de ideias racistas não se sustenta quando o tratamento ao racismo é estrutural. O racismo no Brasil foi e ainda é sustentado por teorias racistas, teorias essas que surgem e são disseminadas pelas condições materiais do tecido social Brasileiro. E sobre as disputas que envolvem essas teorias racistas podemos refletir com as palavras de Balibar e Wallerstein (2010, p.32) quando afirmam que, “seria completamente inútil perguntar-se se as teorias racistas procedem das elites ou das massas, das classes dominantes ou das dominadas”.

Entendemos aqui, assim como Verrangia e Silva (2010), que o estudo das relações étnico-raciais é de crucial importância na formação de cidadãos e cidadãs, para que possam vivenciar e procurar produzir práticas sociais livres de discriminação e também possam compreender e se engajar nas lutas por equidade social entre os diferentes grupos étnico-raciais que formaram o Brasil.

Nesta direção podemos pensar algumas articulações dessa reflexão com o ensino de ciências. Verrangia (2016) destaca:

[...] a necessidade de que o ensino de Ciências envolva pontos de vista alternativos que mostre a dimensão política da atividade científica e que, de forma explícita, se engaje no combate ao racismo a qualquer tipo de discriminação.

O Ensino de ciências historicamente foi relacionado a uma ciência pretensamente neutra e que não poderia ou deveria ser conectado às questões sociais, como se a ciência produzida e ensinada tivesse a função de se restringir especificamente aos fatos, teorias e conceitos do conhecimento científico das Ciências Naturais e não ter relação alguma com a realidade social. (VERRANGIA, 2016). As relações que os conceitos científicos tem com o racismo são inúmeras. Silvio Almeida (2019), escreve que:

A permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e a recriação de um imaginário social em que determinadas **características biológicas** ou práticas culturais sejam associadas à **raça** e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios. (ALMEIDA, 2019, p.74, grifo nosso).

Os conceitos científicos são construídos e difundidos de acordo com a realidade social concreta em que estão localizados, desta forma, a Educação em

Ciências carrega a possibilidade de corrigir e reconfigurar os estes que foram distorcidos socialmente e/ou historicamente (MIRANDA, 2022).

Nessa dissertação defendemos que, conforme o segundo capítulo aponta, o pensamento eugênico, muitas vezes, tem sido tratado de forma isolada ou apartada de questões como a formação do Estado brasileiro, a classe dominante e a historicidade que envolve o tema. Esse afastamento resulta em uma visão superficial das problemáticas que envolvem as relações do pensamento eugênico com a educação brasileira, ficando apenas na aparência do objeto e não alcançando a essência pretendida pela pesquisa. Acerca disso Marx escreve que “Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1985).

Assim, conforme apresentamos nesta pesquisa, considera-se que a partir do Materialismo Histórico-dialético é possível identificar possibilidades para discutir essas lacunas, oferecendo uma perspectiva crítica que considere as condições materiais e sociais que sustentaram e ainda sustentam o pensamento eugênico. Nas relações dialéticas entre a ciência, a educação e a sociedade de classe, foi possível realizar uma análise das condições sociais que moldam e são moldadas por esses fenômenos.

Desta forma procuramos aqui fazer a utilização desse método, mantendo “a indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica” (PAULO NETTO, 2011) na busca de contribuir com as possibilidades de análise do tema proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento de um questionamento vindo da experiência vivenciada nas escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal, incitou a busca por explicações sobre como alguns hábitos no cotidiano escolar podem ou não ter relações com os ideários eugenista e higienista. Nessa direção, a presente pesquisa apresentou uma problemática que se estrutura em duas questões:

- 1. A estrutura social brasileira alicerçou e alicerça a entrada de teorias científicas como a Eugenia e o Higienismo nos diversos campos do conhecimento?**
- 2. Como permanece as práticas eugenistas e higienistas na educação brasileira?**

O percurso dessa pesquisa foi dividido em duas partes, na primeira parte procuramos apresentar um aprofundamento do contexto social vivido no Brasil no início do século XX, e explicitar uma breve historicização da educação brasileira e dos grupos historicamente marginalizados e, a partir da Liga Brasileira de Higiene Mental desenvolver a análise das interferências dos movimentos eugenistas e higienistas na educação brasileira, evidenciando seus principais alvos de atuação, que foram a infância, o educador e a escola.

Na segunda parte da pesquisa realizamos uma busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações por trabalhos que tratassem da temática abordada nesta dissertação, escolhemos alguns conjuntos de buscas e três refinamentos para a seleção dos trabalhos buscados. Também na segunda parte foi realizado uma explicitação das análises de categorias e conceitos que emergiram durante a pesquisa, como Estado, Escravidão tardio, Ideologia, Contradição, Classe dentre outras presentes na literatura marxista.

Respondemos as questões da presente pesquisa explicitando que no início do século XX os ideários eugenistas e higienistas tiveram grande entrada no pensamento social brasileiro, essas ideias encontraram respaldo nas condições sociais do país, especialmente nas relações materiais e históricas que permeavam a elite dominante. O Estado enquanto representante dessas relações sociais e sob domínio da classe burguesa, utilizou a educação como ferramenta ideológica para sustentar o pensamento eugênico, escamoteando assim as contradições sociais existentes e marginalizando grupos historicamente excluídos.

No contexto capitalista brasileiro a abordagem educacional embasada na ciência eugênica e na higiene mental moldou parte do sistema escolar, influenciando a seleção de conteúdos, a organização das instituições de ensino e a formação de professores, contribuindo para a discriminação racial que ainda hoje se faz presente na sociedade brasileira. Desta forma não podemos atribuir a persistência do racismo no Brasil a uma ausência de educação, pelo contrário, a educação constituída nestes moldes aprofundou o racismo na nossa sociedade.

Consideramos que a partir dos dados apresentados e de todo o trabalho realizado nesta pesquisa conseguimos responder, não de forma definitiva ou que esgotasse essa temática, as questões colocadas na nossa problemática. Nas respostas às questões, conseguimos chegar as seguintes constatações:

- (1) Constatamos que a estrutura social brasileira existente no início do século XX, que passava por uma crescente industrialização e um espalhamento das ideias liberais, deu sustentação para que os ideários eugênicos e higienistas adentrassem e se entrelaçassem na educação brasileira.
- (2) Destacamos que o ideário eugênico no Brasil tem origem na materialidade e historicidade das condições sociais brasileiras, são essas condições que deram estrutura para a entrada e espalhamento desse pensamento. As relações sociais existentes no início do século XX propiciaram a emergência da eugenia em várias instâncias sociais no Brasil, consideramos também a composição da elite burguesa à época que era formada por grandes proprietários de terras, latifundiários e exportadores e por uma elite urbana formada por industriais emergentes, grupos que estavam profundamente ligados a perpetuação do período escravista, evidenciando que as ideias que fundamentam determinada época são produzidas pela classe dominante, a partir das relações materiais que são construídas por ações humanas;
- (3) Evidenciamos como o Estado brasileiro, aqui encarado como uma criação da sociedade civil e representante de uma determinada forma de organização das relações sociais, que sob o domínio da classe dominante (em sua maioria homens brancos), utilizou a educação como um pilar ideológico de sustentação do pensamento eugênico, pensamento esse que contribuía com o abrandamento das flagrantes contradições existentes à época. Contradições que marginalizavam e prejudicavam a maior parte da

população brasileira (População negra, Mulheres, pessoas com deficiência, e outros grupos vulneráveis).

- (4) Concluímos que no cenário do capitalismo no Brasil dos primeiros anos do século XX, a ciência eugenista serviu muito bem aos interesses da classe dominante brasileira, e assim a educação teve uma função fundamental na perpetuação das relações capitalistas, as quais, por sua vez, mantiveram as relações de exploração. O sistema educacional como um Aparelho Ideológico de Estado teve, e tem, a finalidade de propagar os valores, crenças e ideais que legitimaram e sustentaram a estrutura econômica e social capitalista. O pensamento da ciência eugenista ao validar a população não branca como inferior, em relação a população branca, acaba por ajudar na manutenção dos privilégios que a elite branca desfrutava desde a escravidão no Brasil.
- (5) Apreendemos que a abordagem educacional fundamentada na eugenia e higiene mental deu embasamento para a estruturação do sistema escolar, seleção de conteúdos, organização das instituições de ensino e formação de professores. O ideário eugenista contribuiu com as justificativas para práticas de exclusão no ensino e em outras instancias de socialização no Brasil, hierarquizando dessa forma os alunos, e assim, na prática, contribuindo com a discriminação racial. A instrumentalização da educação com a finalidade de perpetuar as relações de poder, contribuiu para uma exclusão dos grupos que ainda hoje por parte da população brasileira são considerados inferiores e para a manutenção do privilégio da elite dominante do Brasil que até esse momento é composta pela mesma parcela da população (homens brancos e ricos).
- (6) Constatamos que a produção de teses e dissertações que se utilizam do referencial marxista é inexistente quando tratamos da relação entre a eugenia/higienismo e a Educação/Ensino de Ciências.

Em nossas análises compreendemos alguns limites que foram enfrentados durante o percurso deste trabalho, como:

- (1) Não foi possível obter respostas mais relevantes sobre a atual atuação dos ideários eugenistas e higienistas na educação brasileira. Devido ao tempo de conclusão do trabalho e a outros fatores, não foi possível realizar uma

análise rigorosa dos documentos curriculares atuais e interpretá-los sob a lente do materialismo histórico e dialético.

- (2) Este trabalho teve início durante a pandemia de COVID 19, este fato impossibilitou um trabalho de campo que era pretendido no decorrer da pesquisa. A possibilidade de entrevistar professores que atuam no Ensino de Ciências, que estava prevista no projeto de pesquisa, poderia favorecer análises das camadas que moldam as práticas eugênicas na educação atual.
- (3) A reduzida produção de trabalhos que se utilizam da perspectiva marxista para uma análise dos ideários eugenistas e higienistas na educação brasileira.
- (4) A documentação disponível é influenciada por perspectivas ideológicas e interesses políticos, o que pode acabar distorcendo a compreensão dos eventos analisados. A falta de registros e até mesmo a destruição de documentos ao longo do tempo podem limitar a profundidade das análises.

Por fim os debates e reflexões aqui expostos durante o percurso desse trabalho não pretendem encerrar ou esgotar as discussões que circundam esse tema, pretendemos em estudos futuros:

- dar seguimento nos estudos das obras de Marx e de pensadoras e pensadores que utilizaram/utilizam o materialismo histórico e dialético como percurso metodológico para suas pesquisas;

- realizar uma rigorosa análise dos documentos curriculares que dão orientação a Educação em Ciências no Brasil;

- para uma melhor compreensão da influência dos pensamentos eugenistas e higienistas se faz necessário uma pesquisa de campo que de conta da percepção dos professores que atuam no Ensino de Ciências sobre a temática do trabalho.

Esta dissertação aponta caminhos para novas questões que possam ser investigadas, e com isso, a possibilidade de que a pesquisa em Educação em Ciências tenha avanços na direção da emancipação das pessoas humanas diante do racismo estrutural que fundamenta a sociedade capitalista brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- AMARAL, A. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=0&opcao=5&busca=O%20Estado%20autoritario%20e%20a%20realidade%20nacional&listarConteudo=T%C3%ADtulo%20%20%C2%BB%20O%20Estado%20autoritario%20e%20a%20realidade%20nacional>. Acesso em: 27 Novembro 2022.
- ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia. Ciência e Profissão*, São Paulo, n. 32, p. 44-65, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/j6f3HznKpVNrwSKM3qcPGpy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 Novembro 2022.
- AULER, D; DELIZOICOV, D. **Alfabetização científico-tecnológica para quê? Ensaio: pesquisa em educação em ciências**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 105-116, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/XvnmrWLG4qqN9SzHjNq7Db/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 Novembro 2022.
- BALIBAR, É; WALLERSTEIN, I. **Race, Class and Nation: Ambiguous Identity**. Londres: Verso, 2010.
- BITTENCOURT, R. Psiquiatria infantil e saúde escolar. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, p. 31- 49, jul., 1941. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-13-numero-1-julho-1941.pdf>. Acesso em: 27 Novembro 2022.
- BONFIM, P. R. **Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- CARLOS, A. R. **Problematizações históricas do primeiro congresso brasileiro de eugenia para o ensino de biologia**. 2019. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ensino e História das Ciências e Matemática) Universidade Federal do ABC. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ufabc.edu.br/index.html> Acesso em: 14 out 2023.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados** – o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Disponível em: <https://dokumen.tips/download/link/carvalho-jose-murilo-os-bestializadospdf.html>. Acesso em: 15 out 2023.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. Org. Frank Barat. 1. Ed – São Paulo, Boitempo, 2018.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. SP: Expressão popular, 2010.

FAGGION, M. O; BOARINI, M. L. A Psicologia pela lente de Renato Kehl. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1239-1256, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v18nspe/v18nspea12.pdf>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; CALDART R. S. orgs. **História, natureza, trabalho e educação**. Karl Marx, Friedrich Engels – 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GEBRIM, V. S. **Psicologia e educação no Brasil: uma história contada pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios, 1875-1914**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

KEHL, R. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

KEHL, R. **Tipos Vulgares: contribuição à Psicologia prática (2ª ed.)**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1927.

LIMA JUNIOR, P., Deconto, D. C. S., Andrella Neto, R., Cavalcanti, C. J. D. H., & Ostermann, F. (2014). Marx como referencial para análise de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. **Ciência & Educação (Bauru)**, 20, 175-194. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/pf6tyHFWWXpcdW57GcYdK8b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

MANSANERA, A. R.; SILVA, L. C. **A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.5, n. 1, p. 115-137, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJr6j9g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

MARX, K. H. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, [1845-1846] 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5668739/mod_resource/content/1/MARX_%20A%20Ideologia%20Alem%C3%A3.pdf. Acesso em: 29 set 2023.

MARX, K. H. **O Capital**: crítica da economia política, Livro Primeiro. São Paulo: Difel Difusão Editorial S. A., 1985.

MARX, K. H. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo-SP: Nova Cultural, 2000. –(Col. Os pensadores).

MARX, K. H. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; supervisão e notas Marcelo Backes. 2ª edição revista. São Paulo, SP: Boitempo, [1843] 2010.

MASSON, G. Das teorias modernas de Estado à crítica da legitimação político-ideológica na organização social capitalista. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Volume 44, Número 1, p. 69-95, abril de 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2010v44n1p69/14409>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C. C. **Tests**: introdução ao estudo dos meios científicos de julgar a inteligência e aplicação dos alunos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937.

MIRANDA, A. M. **Potencialidades e limites de uma S.D. sobre Eugenia**: educação para as relações étnico-raciais e controvérsias científicas. 2022. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal de São Carlos. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16621/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20-%20ALEXANDRE%20MARCEL%20DE%20MIRANDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 14 out 2023.

MIRANDA, M. G. **O processo de socialização na escola**: a evolução da condição social da criança. Psicologia do social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. Disponível em: https://muraldeaulas2018.files.wordpress.com/2018/08/escola_psicologiasocial.pdf. Acesso em: 27 Novembro 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

MORANDO, A. **O ensino de Biologia e suas articulações com práticas médico-moralizantes direcionadas ao governo do corpo, das sexualidades e dos gêneros**. 2021. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229427> Acesso em: 14 out 2023.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MÜLLER, M. L. R. **Professoras negras na Primeira República**. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Coord.). Relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói, RJ: Intertexto, 1999. p. 21-67. (Cadernos PENESB, 1). Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=204sAAAAYAAJ&hl=pt-BR&source=gbs_book_other_versions. Acesso em 11 nov 2023.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLINTO, P. Sentimento de inferioridade em hygiene mental. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 2, abr./jun., 1934, p. 120-123. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-7-numero-2-abril-junho-1934.pdf>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

PAGAN, A. A. **Ser (animal) humano**: evolucionismo e criacionismo nas concepções de alguns graduandos em ciências biológicas. 2009. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Ensino de Ciências e Matemática) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/685/1/TeseAcacioPagan.pdf> Acesso em: 14 out 2023.

PENNA, B. In: **Conferência Nacional de Educação**, 1., 1927, Curitiba. p. 654-661. Anais... Brasília: INEP, 1997. Disponível em: 30 set 2023.

POLETTI, R. **Constituições brasileiras**: 1934. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf?sequence=10&isAllowed=y. Acesso em: 2 dez. 2020.

REIS, J. R. F. **Higiene mental e Eugenia**: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930). 1994. Dissertação (mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/84264>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

ROCHA, C. A. **A re-significação da eugenia na educação entre 1946 e 1970**: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente. 2010. Tese (Doutorado em Educação – Conhecimento e inclusão social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8QCNZ7>. Acesso em: 30 set. 2023.

ROQUETTE-PINTO, E. (1933). **Ensaio de Antropologia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/100/1/22%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

ROXO, H. Higiene mental. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, anno I, n 2, p. 02- 09, 1925. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-1-numero-2-1925.pdf>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

SAVIANI, D. **Educação escolar, currículo e sociedade**: o problema da base nacional comum curricular. *Movimento*. 2016; 3(4):54-84.

SAVIANI, Dermeval (2013). **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações (11ª ed.). Campinas: Autores Associados.

SCHNEIDER, E. M. **Alfabetização científica de alunos do ensino superior frente às implicações da engenharia genética e à idealização do “melhoramento humano”**. 2015. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação para a Ciência e a Matemática) Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/4557/1/000220375.pdf> Acesso em: 14 out 2023.

SCHNEIDER, E. M. **O estudo do movimento eugênico e a compreensão das relações entre ciência e ideologia por professores em formação continuada**. 2013. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes) Universidade Estadual do

Oeste do Paraná. 2013. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3619/5/Eduarda%20Maria%20Schneider.pdf>
Acesso em: 14 out 2023.

SOUSA, M. F. **Trabalho e alienação-estranhamento**: contribuições da ontologia do ser social para o debate sobre o corpo na educação física brasileira. 2020. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40019/1/2020_MarcelFariasdeSousa.pdf.
Acesso em: 7 out. 2023.

SOUZA, R. D. **Trabalho e formação de professores de Biologia no estado do Paraná, Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215177>. Acesso em: 27 Novembro 2022.

SOUZA, V. S. **A eugenia brasileira e suas conexões internacionais**: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquete-Pinto, 1920-1930. História, Ciência, Saúde, Manguinhos, v. 23, p. 93-110, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QdB4RrFgDkSTR8kzn5R59Tj/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 27 Nov 2022.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. FIOCRUZ, 2005.

VERARDO, M. T. V. **A Sexualidade Educada**: Nota crítica sobre pressupostos teóricos e projetos empíricos. 1989. 250 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas Biblioteca Depositária: undefined.

VERRANGIA, D; SILVA, P. B. G. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação**: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 705-718, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wqb8HvXMVG8C8KD7hKn5Tms/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 20 nov. 2022.

VERRANGIA, D. Criações docentes e o papel do ensino de Ciências no combate ao racismo e a discriminações. **Educação em foco**, v. 21, n. 1, mar. / jun. 2016 p. 79-103, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19657/10557> Acesso em: 22 out 2023.

WANDERBROOCK JUNIOR, D. **A educação sob medida**: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-1945). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007. Disponível em:

<http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gedpe/pesquisa/teses-e-dissertacoes-defendidas/lista-de-arquivos-teses-e-dissertacoes/durvalwjunior-dissertacao.pdf>.

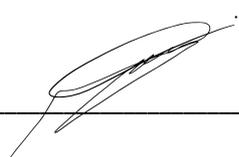
Acesso em: 27 nov 2022.

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO OU TESE DE DOUTORADO

Declaro que a presente dissertação/tese é original, elaborada especialmente para este fim, não tendo sido apresentada para obtenção de qualquer título e que identifico e cito devidamente todas as autoras e todos os autores que contribuíram para o trabalho, bem como as contribuições oriundas de outras publicações de minha autoria.

Declaro estar ciente de que a cópia ou o plágio podem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, consistindo em grave violação à ética acadêmica.

Brasília, (dia) de (mês) de (ano).

Assinatura do/a discente: _____ 

Programa: Pós-Graduação em Educação em Ciências

Nome completo: Samuel Cesar Machado

Título do Trabalho: EUGENIA E HIGIENISMO NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

Nível: Mestrado Doutorado

Orientador/a: Rodrigo Diego De Souza